

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

MICHELLI FERRIOLI VIDAL

**A INSERÇÃO SOCIAL DO NEGRO: LIMITES E POSSIBILIDADES POR MEIO DA
UNIVERSIDADE.**

**São Borja
2016**

MICHELLI FERRIOLI VIDAL

**A INSERÇÃO SOCIAL DO NEGRO NA SOCIEDADE: LIMITES E
POSSIBILIDADES POR MEIO DA UNIVERSIDADE.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elisângela Maia
Pessoa

**São Borja
2016**

MICHELLI FERRIOLI VIDAL

**A INSERÇÃO SOCIAL DO NEGRO NA SOCIEDADE: LIMITES E
POSSIBILIDADES POR MEIO DA UNIVERSIDADE.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social.

Área de concentração:

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 09/12/ 2016.

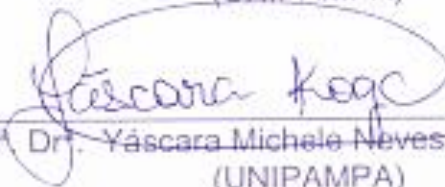
Banca examinadora:



Profª. Drª. Elisângela Maia Pessoa
Orientadora
(UNIPAMPA)



Profª. Drª. Rosilaine Coradini Guilherme
(UNIPAMPA)



Profª. Drª. Yáscara Michele Neves Koga Guindani
(UNIPAMPA)

Dedico este trabalho aos alunos negros da Universidade Federal do Pampa. Em especial aos companheiros do Coletivo Niara. Aqueles que como eu tiveram a universidade como uma ferramenta de transformação e empoderamento. Aos que lutam e resistem diariamente para que negras e negros como nós tenham espaço, visibilidade e voz.

AGRADECIMENTOS

A cima de tudo gostaria de agradecer a minha família, pai, mãe e irmã, Rudsnei Vidal, Rozeli Vidal e Cibelli Vidal, meu alicerce e a inspiração para todas as minhas ações. Se hoje estou prestes a finalizar esta etapa é devido ao incentivo que sempre tive de vocês. Obrigada pelo apoio, por me fazerem sair do ninho e me proporcionar novas experiências e vivências que me fizeram crescer e me reconhecer. Obrigada por entenderem todos os percalços desta etapa e acreditar que eu era capaz mesmo nos meus momentos de desânimo. Todas as minhas conquistas são pensando em vocês e para vocês. Não tenho como explicar em palavras tamanha a gratidão que sinto por tudo o que sempre fizeram por mim.

A professora Elisângela Maira Pessoa, pela paciência que sempre teve, por compreender minhas particularidades, pela sua disponibilidade e por se fazer presente mesmo que a distância, não poderia estar mais satisfeita com a orientadora que tive. Tenho imensa gratidão e admiração pela coragem que tiveste ao se propor a trabalhar comigo um universo novo, uma temática a qual não possuía muita aproximação e mesmo assim conseguiste me dar todo auxílio e inspiração que precisei. Tive você como referência no primeiro dia em que entrei em uma sala de aula na Universidade e tenha certeza que saio tendo a senhora como exemplo de profissional e de mestra.

As minhas amigas de infância Mariele Flores, Jessica Nunes, Ariadne Inda e Mayúme Fantti, por me apoiarem em todo momento, por entenderem minhas ausências e não deixar que a distância atrapalhasse o carinho e companheirismo que sempre tivemos uma com a outra, vocês são família. A Caroline Fernandes pelo companheirismo na aventura de conhecer uma cidade nova e um mundo novo, por compartilhar São Borja e todas as experiências que ela nos trouxe, ter você ao lado trouxe mais coragem para explorar as novidades e desafios que surgiram.

Ao meu melhor amigo e namorado Andrheess Mathias Santos pela sempre compreensão dos meus dias cansativos difíceis e desanimados, por ouvir minhas dúvidas e questionamentos e entender que tratava-se mais do que apenas um trabalho. Obrigada pelas noites de conversa e me apoiar sempre que vinha o desanimo e cansaço.

As minhas companheiras de caminhada, amigas de aula e agora para a vida. Obrigada minhas mosqueteiras, grande parte da profissional que serei devo a vocês Vanessa Garcia, Taila Kunz e Caroline Lafuente. Vocês foram mais que companheiras de aula, muitas vezes foram a esperança e a alegria na rotina difícil.

A Karolina Rodrigues companheira nos meus momentos de construção, reflexão, e de lutas. Obrigada por ser a amiga que entende meus anseios e questionamentos.

A minha grande família, avós, tias, tios, primos... A todos que fizeram parte deste momento muito importante, a minha gratidão.

“Pertencço a uma História que existe
na memória dos tempos,
suturada no útero desse povo,
ao modo de ferro e fogo,
que o próprio tempo pariu.
E pelo tempo que há de vir
se expandirá sem fronteira
tal qual a gênese de um orixá.
Não me curvo ao silêncio
dessa versão perversa e lúcida,
que torna invisível tudo que estou,
como se o que penso pudesse ser
desconstruído, pela expressão estúpida
desses alcoviteiros cheios de estórias,
que roubam detalhes, fingem fatos,
e inumanos desfiguram vidas e verdades.
Busco no tempo um tempo
maior que ele mesmo,
que se abra em inevitável caos,
e deixe fluir toda a insurreição do silêncio
como uma eufórica sangria na memória.
Pertencço a uma História
feita pelo meu povo
e penso como o meu povo,
que pertence e perturba
a estória dos donos e seus danos,
e que por isso está muito além
de seu próprio construir-se.
Sou um negro como tantos outros
negros e negras que esbanjam respeito
mas que também ataçam o seu medo.
E é melhor assim”.

Coisas Dessa Gente Que Sou - Éle Semog

RESUMO

Este estudo tem como finalidade ser instrumento avaliativo de graduação por meio do componente de trabalho de conclusão de curso II, buscando analisar como a universidade vem contribuindo no processo de inserção social do jovem negro. O estudo foi realizado na Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja, sendo a abordagem feita com os alunos que compõem o grupo Niara¹, coletivo de disseminação da cultura negra da universidade. A pesquisa objetivou constatar qual o papel da universidade quanto a inserção e desenvolvimento social dos alunos negros que compõem o quadro discente da universidade. A pesquisa estruturou-se a partir do método dialético crítico que permite analisar a realidade proporcionando chegar aos resultados esperados. Foi realizada pesquisa qualitativa com aplicação de grupo focal, sendo que análise de conteúdo deu base à formação do capítulo dos resultados. A partir desta análise foi possível desvendar que houveram mudanças relevantes no contexto social dos estudantes negros após sua inserção na universidade. Pode-se perceber que o perfil dos discentes da Universidade Federal do Pampa é de jovens adultos que mesmo vindos de regiões, cidades e estados diferentes originam-se do mesmo contexto social em que predomina a população negra brasileira de baixa renda. Foi possível compreender que a inserção na universidade possibilitou aos alunos a participação em espaços aos quais antes não eram representados, assim como possibilitou a crescimento dos jovens como sujeitos sociais, colaborando em sua identidade étnica e política e a forma como o mesmo se coloca frente seu contexto. Assim o espaço universitário é de grande relevância para visibilidade e representação dos jovens negros na sociedade.

Palavras-Chave: Inserção Social. Negro. Universidade. Sociedade.

¹ Nome dado ao Coletivo Negro da Universidade Federal do Pampa, de descendência africana, Niara significa: “Aquele que tem grandes propósitos”.

Disponível em: <<https://www.facebook.com/niara.unipampasb/?fref=ts>>

ABSTRACT

This study aims to be an graduating instrument of evaluation through the component of course conclusion II, aspiring to analyze how the university has been contributing in the process of social insertion of the black youth. The study was carried out at the Federal University of Pampa - São Borja Campus, and the social approach was with the students who compose the Niara group, a collective of dissemination of the black culture in the university. The research aimed to verify the role of the university in the insertion and social development of the black students who make up the student body of the university. The research was structured through the dialectical materialism method which permits an analysis of reality providing the expected results. A qualitative research was carried out with the application of a focus group, and content analysis was the base for the composition of the results chapter. From this analysis it was possible to uncover that there were relevant changes in the social context of the black students after their insertion in the university. It's perceivable that the profile of the student body of the Federal University of Pampa is of young adults who come from different regions, cities and states from the same social context in which the Brazilian black population predominates. It was possible to comprehend that the insertion in the university allowed the students to participate in spaces that they were not represented in before, as well as enabled the growth of the youth as social people, collaborating in their ethnic and political identity and the manner in which they respond before their social context. Thus, the university space is of great relevance for the visibility and representation of black youth in society.

Key Words: Social Insertion. Black. University. Society

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Renda Familiar	47
----------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS

Unipampa - Universidade Federal do Pampa

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	15
2.1	Método e Tipo de Pesquisa	15
2.2	Coleta e Análise dos Dados.....	20
3	OS CAMINHOS DA INSERÇÃO SOCIAL DO NEGRO NO BRASIL	24
3.1	Trajetória histórico social da população negra no Brasil	24
3.2	Em pauta temas contemporâneos e a inserção do negro	36
4	A UNIVERSIDADE NO PROCESSO DE INSERÇÃO SOCIAL DO JOVEM NEGRO	44
4.1	O contexto social dos jovens negros inseridos no coletivo NIARA.....	44
4.2	As contribuições da universidade para inserção social dos jovens negros na sociedade.....	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
	REFERÊNCIAS.....	66
	APÊNDICES	73
	ANEXOS	76

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios convive-se com diversas diferenças étnico-raciais das quais acarretam em uma grande desigualdade de desenvolvimento social, ou seja, a relação da sociedade brasileira para com o negro é construída alicerçada nesta conjuntura de desigualdades. Trazendo para a população negra brasileira um grande atraso social, sendo os jovens que estão em constante desenvolvimento social maiores vítimas deste processo.

Na pesquisa em questão é bordado o papel da universidade nesse contexto de desigualdade de desenvolvimento social e como ela contribui para a inserção sócia do jovem negro. A escolha de trabalhar a universidade como espaço para a pesquisa é pelo entendimento de que a educação é uma das principais ferramentas de desenvolvimento dos sujeitos e de sua inserção na sociedade. Estudos e pesquisas sobre a situação do negro brasileiro têm revelado ser a educação, tradicionalmente, um dos principais instrumentos capazes de promover a ascensão social e econômica na busca de uma maior igualdade com o grupo dominante.

O interesse pela temática surgiu a partir da inserção em espaços de reflexão sobre o papel da universidade, assim como de discussões sobre representatividade raciais, construção de identidade, apropriação cultural e demais problematizações. Onde pode se refletir a respeito da inserção social e do papel do indivíduo na sociedade, o que deixou clara a ausência da representatividade da população negra em inúmeros espaços sendo a universidade um deles.

É de extrema relevância desvendar o perfil destes jovens negros que alcançam o ensino superior. Indicadores sociais relativos à educação no Brasil mostram que a desigualdade é ainda mais agravante quando análise é feita sobre a delimitação étnico-racial, reafirmando a desvantagem para a população negra, segundo o IBGE (2015), ela representa 54% da população brasileira. Quanto a educação de nível superior em 2004, 16,7% dos estudantes pretos e pardos com 18 a 24 anos frequentavam o ensino superior, segundo pesquisa IBGE (2014), número que cresceu para 45,5% em 2014. Para a população branca, essa proporção passou de 47,2%, em 2004; para 71,4%, em 2014. Ou seja, o percentual de pretos e pardos no ensino superior em 2014 ainda era menor do que o percentual de brancos no ensino superior dez anos antes. As diferenças biológicas, fenotípicas dão origem a

fatores de dominação e exclusão que ocasionam em desigualdades raciais, fazendo da educação um dos maiores terrenos. (MUNANGA, 2007).

O presente trabalho está estruturado em três capítulos, o primeiro trata-se da metodologia da pesquisa, que explica a estrutura da qual foi realizado o trabalho. Ou seja, qual o tipo da pesquisa e quais técnicas e instrumentos utilizados, assim como traz uma melhor exposição de como se efetivou a pesquisa. O segundo capítulo ilustra o contexto histórico da vinda dos negros para o Brasil e de que forma se fez este processo, assim como aborda os principais reflexos deste processo para a vida da população negra nos dias atuais. Pois é preciso entender de que forma o negro estruturou-se no país para uma maior reflexão crítica do desenvolvimento social deste. Em conformidade com Silva (2011), as desigualdades raciais atuais são um legado da escravidão em que demonstra que as desigualdades raciais devem ser atribuídas à discriminação racial e à segregação geográfica dos grupos raciais, condicionada inicialmente pelo regime escravista e reforçada depois pela política oficial de promoção da imigração europeia para o sudeste do país.

O terceiro capítulo versa a respeito do perfil dos estudantes negros da Universidade Federal do Pampa e quais as mudanças que a inserção na universidade trouxe para vida destes alunos. É preciso definir de que realidade vem estes jovens, reconhecer o perfil das representações sociais dos estudantes em relação à formação e ao ingresso no mercado de trabalho e demais espaços sociais, para entender as mudanças que a universidade trouxe para seu contextos. Assim como é importante dar voz aos alunos que vivem nesta realidade para uma melhor análise e discussão, levando-se em conta as relações estabelecidas no contexto universitário, e a identidade étnico-racial dos estudantes. “A partir da década de noventa, em meio ao processo de discussão e implantação da política de reserva de vagas nas universidades públicas, proliferaram os estudos sobre as relações étnico-raciais que analisam a situação socioeconômica dos negros na sociedade brasileira. No entanto, são escassos os estudos que se dedicam a compreender o que pensam os estudantes negros sobre as condições de sua inserção na universidade como forma de preparação para a entrada e/ou permanência no mundo do trabalho, questão está que consideramos ser objeto de estudo” (SANTOS, 2011, p. 20).

2 PROCESSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A pesquisa científica é de grade relevância na educação superior, tem sido o procedimento que além de permitir ampliar o conhecimento proporciona observar e vivenciar a cultura e comportamento universal, auxiliando na formação de profissionais que atuarão na sociedade. A pesquisa se torna necessária quando não há informações suficientes para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não pode ser adequadamente relacionada ao problema. O desenvolvimento da pesquisa, tal qual um processo, compreende várias fases. Têm por base conhecimentos disponíveis a respeito do problema e requer criteriosa utilização de métodos, técnicas e instrumentos científicos (GIL, 2002).

Rodrigues (2006) relata que nos dias atuais a globalização, o mercado cada vez mais competitivo e as novas tecnologias, estão exigindo do profissional não só o conhecimento teórico, mas uma prática baseada na reprodução e produção de conhecimentos. Segundo Rodrigues (2006) tal reprodução e produção devem ser acompanhadas de uma análise crítica, reflexiva e criativa para que os profissionais formados possam ingressar na sociedade de maneira competente e atuante. A pesquisa científica tem por objetivo contribuir com a evolução dos saberes humanos em todas as áreas, sendo sistematicamente elaborada e executada através de rigorosos critérios de processamento das informações.

Toda pesquisa necessita de organização e estruturação para posterior execução. No presente capítulo dar-se-á visibilidade a metodologia utilizada para aplicação da pesquisa, ou seja, as etapas seguidas durante o processo de pesquisa e o caminho realizado para chegar aos resultados Deslandes, Gomes, Minayo (2007). Na metodologia somam-se técnicas que possibilitam o desenvolvimento da pesquisa, caracteriza-se pelos preceitos utilizados para se chegar aos resultados dos quais se objetiva. Ou seja, são os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa.

2.1 Método e Tipo de Pesquisa

Pode-se definir método como o caminho para chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos

adotados para se atingir o conhecimento (Gil, 2007). O método utilizado no desenvolvimento do projeto de pesquisa estruturou-se pelo método dialético crítico que possibilita analisar a realidade a partir da confrontação de teses, hipóteses ou teorias. Destaca-se que:

[...] o método dialético, é capaz de assinalar as causas e as consequências dos problemas, suas contradições, suas relações, suas qualidades, suas dimensões quantitativas, se existem, e realizar através da ação um processo de transformação da realidade que interessa (TRIVIÑOS, 2011, p. 125).

Ou seja, proporciona conhecer e compreender movimentos com suas conexões, interações e interdependência. Na escolha do método considera-se a centralidade dos valores da pesquisa. “A escolha do método pressupõem [...] reconhecer a centralidade dos valores, que dão sentido às investigações e práticas” (PRATES, 2012, p. 118). O método utilizado na presente produção contribui para retratar a forma como são estabelecidas as relações entre os sujeitos e como essas relações e seus resultados movimentam a dinâmica da sociedade. Como argumenta, Gil (2007), o método dialético possibilita a investigação acerca de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos com o objetivo de ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. Isto é, o método dialético permite compreender as relações sociais e quais seus efeitos e resultados para com o mundo. Abrange como categorias, totalidade, historicidade dos fenômenos e contradição.

A totalidade é definida como a relação entre as partes e o todo. A realidade objetiva está conectada, considerando que essas partes podem ser analisadas separadamente, mas não de forma desconexa da totalidade na qual estão inseridas. De acordo com Kosik (1936), totalidade significa realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido.

A totalidade mais do que a reunião de todas as partes, significa um todo articulado, conectado, onde a relação entre as partes altera o sentimento de cada parte e do todo. A totalidade concreta não é um todo dado, mas em movimento de autocriação permanente, o que implica a historização dos fenômenos que a compõem (PRATES, 2003, p. 87).

Na presente pesquisa a totalidade refere-se à problemática que envolve a inserção social do negro como resultante de um conjunto de situações e

experiências, ou seja, são várias questões que colaboram, acarretam o atraso de desenvolvimento social e inserção da população negra, nesse sentido não basta apenas analisar o tema de pesquisa de forma micro mas correlacionar esse objeto a uma totalidade mais ampla que não está desconectada da realidade social. Para analisar um fenômeno em sua totalidade é preciso analisar as partes do todo. Destaca-se nesse sentido que:

Qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de um todo. Em cada ação empreendida, o ser humano se defronta, inevitavelmente, com problemas interligados. Por isso, para encaminhar uma solução para os problemas, o ser humano precisa ter uma certa visão de conjunto deles: é a partir da visão do conjunto que a gente pode avaliar a dimensão de cada elemento do quadro. Foi o que Hegel sublinhou quando escreveu: "A verdade é o todo". Se não enxergarmos o todo, podemos atribuir um valor exagerado a uma verdade limitada (transformando-a em mentira), prejudicando a nossa compreensão de uma verdade mais geral (KONDER, 2008, p.36).

Desta forma compreende-se a totalidade como partes que articuladas constitui o todo. A Historicidade constitui-se pela realidade em movimento, considerando que está relacionada aos processos construídos e vivenciados pelos sujeitos. É a forma de compreender o fenômeno considerando o caminho de transformação desta realidade. Ou seja, dentro da pesquisa a historicidade são os aspectos históricos e de vida que devem ser levadas em conta ao abordar e analisar a população negra, pois todas essas vivências são o que constitui e transforma estes sujeitos. Se hoje há necessidade de inserção do negro, é evidente que se tem todo um histórico de um passado escravista e de discriminação, por esse motivo a historicidade deve prever análise conjuntural – para este estudo a discussão irá residir na inserção do negro na contemporaneidade, por meio da universidade –.

De acordo com Prates (2012), os fenômenos não são estáticos, estão em curso de desenvolvimento, sendo assim a historicidade é o movimento de reconhecimento da realidade dos sujeitos. Logo, a contradição é na realidade o conhecimento de realidades diversas, ou seja, oposta. É o movimento histórico de conflitos entre os homens. Precisando a contradição ser articulada com a totalidade e historicidade do fenômeno para melhor compreende-lo.

A contradição dialética é ao mesmo tempo destruição e continuidade, é oposição que inclui [...] por esta razão é definida por Lafevvre, como negação inclusiva, para morrer eu preciso estar vivo, e ao viver consumo

minha vida, ao viver mais me aproximo do tempo da morte, exemplifica Lafevvre (PRATES, 2013, p. 13).

Quanto ao tipo de estudo, foi norteado pela pesquisa qualitativa, pois, trata-se de uma pesquisa que trabalhou com dados coletados a partir de entrevistas – técnica escolhida para esse estudo – das quais os participantes relataram sua realidade sobre o assunto. Acreditando que dados quantitativos não possibilitariam chegar aos resultados esperados. A pesquisa qualitativa, assim na perspectiva de Deslandes; Gomes; Minayo, (2007, p.21) “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atividades”.

Na pesquisa qualitativa visiona-se “[...] estudar a cultura descrevendo-a para apreender seus significados” (TRIVINÕS, 2010, p.124). Reafirmando a escolha ao tipo de pesquisa, a pesquisa qualitativa mesmo com a grande relevância da pesquisa quantitativa para verificar os problemas a serem abordados em uma pesquisa, permitindo visualizar retratos da realidade ainda assim não fornece dados suficientes para trazer as perspectivas dos sujeitos, como a pesquisa qualitativa faz. Ou seja, os dados numéricos não são suficientes para trabalhar com o real em plenitude, não possibilita conhecer integralmente os sujeitos envolvidos na pesquisa (MARTINELLI, 1999).

Segundo Martinelli (1999), a pesquisa qualitativa tem por objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que os sujeitos tem a dizer a respeito. Não se prendendo apenas a instrumentos como, questionários ou formulários permite o contato mais direto com os sujeitos da pesquisa, proporcionando conhecer estes sujeitos e seu modo de vida. Destaca-se que:

Esse é o motivo pelo qual as pesquisas qualitativas privilegiam o uso de uma abordagem em que o contato do pesquisador com o sujeito é muito importante. Nessas pesquisas, ao invés de trabalharmos com grandes temas, com grandes cronologias, o fazemos de forma mais localizada. Trabalhamos com os fatos de forma a poder aprofundar tanto quanto possível a análise, e não para conhecê-los apenas de forma sumária, a partir de uma primeira apresentação. Nesse sentido priorizamos não os fatos épicos, os fatos de grande dimensão, mas aqueles que estão mais próximos do sujeito e que repercutem na sua vida (MARTINELLI, 1999, p. 22).

A pesquisa qualitativa de acordo com Deslandes, Gomes e Minayo (2007), possui três etapas, fase exploratória, trabalho de campo e análise e tratamento do material empírico e documental. A fase exploratória é a etapa de preparação da pesquisa, o desenvolvimento do projeto e todos os procedimentos e embasamento necessário para começar a realizar a pesquisa em campo.

É o tempo dedicado – e que merece empenho e investimento – a definir e delimitar o objeto, a desenvolvê-lo teórica e metodologicamente, a colocar hipóteses ou pressupostos, para seu encaminhamento, a escolher e a descrever os instrumentos de operacionalização do trabalho, a pensar o cronograma de ação e a fazer os procedimentos exploratórios para do espaço e da amostra qualitativa (DESLANDES; GOMES; MINAYO; 2007, p.26)

O trabalho de campo é a execução do projeto de pesquisa no campo, é a coleta de dados, a prática em si da pesquisa. Fase para se utilizar de instrumentos como a entrevista, observação, assim como levantamento de material documental entre outros. Ou seja, a fase em que se põem em prática os processos de pesquisa elaborados na fase exploratória. Assim o trabalho de campo:

[...] realiza um momento documental e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação e refutação de hipóteses e de construção de teoria. O trabalho de campo é uma fase tão central para o conhecimento da realidade que Lévy-Strauss (1975) o denomina “ama de leite” de toda a pesquisa social (DESLANDES, GOMES, MINAYO, 2007, p.26).

A terceira etapa define-se como análise e tratamento do material empírico e documental. Onde se realiza o processo de interpretar os dados coletados, falas, visões e comportamento dos sujeitos pesquisados. O tratamento do material coletado, na visão de Deslandes, Gomes e Minayo (2007) divide-se em três tipos de procedimentos: ordenação dos dados, classificação dos dados e a análise propriamente dita. A abordagem da pesquisa realizou-se por meio de uma pesquisa qualitativa, tendo como suporte pesquisa bibliográfica.

De acordo com Gil (2007) a pesquisa bibliográfica consiste na utilização de autores que abordem o tema, para dar suporte e subsídios aos relatos e definições que serão trazidas para aprofundamento das categorias teóricas do estudo. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Sendo de extrema relevância para presente pesquisa ao abordar fatos históricos assim como levantamentos e dados

gerais que contribuem para o desenvolvimento e reflexões ao decorrer do trabalho e análise final.

2.2 Coleta e Análise dos Dados

Para coleta de dados bibliográficos foram utilizados artigos encontrados online a partir de sites e blogs com a temática “movimento negro”, assim como matérias adquiridos em encontros do coletivo Niara e autores de diversas áreas de conhecimento. De acordo com Gil (2007) o universo de uma pesquisa é um conjunto definido por elementos que possuem determinadas características, por esse motivo o recorte do estudo centrou-se no Coletivo Niara, grupo de disseminação da cultura negra da Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja, fundado em dezembro de 2014 pelos estudantes da universidade.

Sendo a amostra um subconjunto do universo, optou-se por amostra de tipo intencional que constitui um tipo de amostragem não probabilística baseia-se em selecionar um subgrupo da população que, a partir das informações disponíveis, possa representar toda a população, Gil (2007). A amostra intencional é organizada por elementos da população selecionados intencionalmente pelo investigador, considerando que esses elementos possuem características típicas ou representativas dos sujeitos imbricados com o tema ou objeto do estudo.

O processo de coleta de dados foi dividido em dois momentos: em um primeiro momento foi utilizado para coleta de dados entrevista, por se tratar de uma técnica onde o investigador estabelece um diálogo com o pesquisado com o objetivo de obter os dados de interesse a pesquisa. Sendo utilizado como instrumental de coleta aplicação de questionário (Apêndice A). Os questionários foram disponibilizados online aos sujeitos dos quais se tinha interesse em pesquisar para que fosse traçado o perfil dos mesmos delimitando assim uma amostra de maior porte. O questionário foi disponibilizado em rede social na página do Grupo NIARA, atualmente composto por trinta e sete seguidores. Estabeleceu-se o período de 20 dias para o envio das respostas. Todos os questionários enviados foram incluídos na análise.

Para essa amostra o critério de inclusão foi delimitado ao fato do sujeito ser negro e universitário do Campus São Borja e integrante do grupo NIARA. Como

critério de exclusão ficou demarcado a não participação de sujeitos que não são seguidores do grupo NIARA nas redes sociais. Essa amostra foi pensada com o objetivo de delimitar minimamente o perfil dos membros do grupo na busca de conhecer o contexto social dos negros inseridos no coletivo NIARA que estudam na instituição de ensino superior Universidade Federal do Pampa campus São Borja.

No segundo momento utilizou-se como técnica de coleta de dados um grupo focal, que objetiva gerar e analisar a interação entre participantes em vez de perguntar a mesma questão (ou lista de questões) para cada integrante do grupo por vez (BARBOUR, 2009). O uso dessa técnica proporcionou um melhor desenvolvimento da pesquisa, pois possibilitou analisar a interação do grupo, onde os participantes puderam conversar entre si. Foi enviada mensagem de agradecimento a todos os sujeitos que enviaram os questionários. Em seguida foi realizado convite público no grupo a todos que desejassem participar do grupo focal. Foram selecionados os dez primeiros sujeitos que se colocaram disponíveis, pois o grupo focal deve se limitar a um grupo pequeno para um melhor desenvolvimento e abordagem com os sujeitos.

A inclusão dos sujeitos ao grupo focal foi executada por adesão livre tendo como centralidade o fato de que seria excluído da amostra sujeitos que não tivessem respondido ao questionário. Para realização do Grupo Focal foi utilizado roteiro norteador de perguntas (Apêndice B) como instrumento de coleta de dados. O grupo focal foi organizado no mesmo sistema em que funcionam os encontros do grupo Niara, realizado em espaço da Universidade Federal do Pampa, com agendamento de sala do campus. Foi utilizado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice C) para que os participantes sentissem-se seguros. Os nomes dos sujeitos participantes foram preservados sendo eles identificados em suas falas por nomes de grandes figuras negras.

Os dados qualitativos obtidos na realização das técnicas foram submetidos à análise de conteúdo. Análise de Conteúdo esclarece Bardin (2009), é caracterizado pela expansão das aplicações da técnica a disciplinas muito diversificadas e pelo aparecimento de interrogações e novas respostas no plano metodológico. Ou seja, é considerado um conjunto de técnicas que evidenciam o modo de comunicar-se e expressar dos sujeitos, estudando suas mensagens. Assim análise de conteúdo trata-se de:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) das mensagens (BARDIN, 2009 apud TRIVINÓS, p.160, 2011).

Para análise de conteúdo optou-se pelo método de Bardin (1995) que caracteriza a análise de conteúdo como um empenho de interpretação, do qual alterna-se entre o rigor da objetividade e a fecundidade e da subjetividade. O método da referida autora divide-se em: pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A pré-análise é a fase da leitura flutuante, na qual as impressões do texto devem predominar. Momento de priorizar a organização das ideias, de definir e estabelecer os objetos a serem analisados. Nela ocorre o planejamento e organização do material que será analisado e a triagem dos documentos que fundamentarão a interpretação dos resultados.

Já na exploração do material realiza-se operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas. É a fase para concretizar o que foi estabelecido na fase de pré-análise. Como descreve Bardin (2009), se as operações da pré-análise foram adequadamente concluídas a exploração refere-se à administração e aplicação dos procedimentos.

No tratamento dos resultados, inferência e interpretação volta-se a significação, confrontação e interpretação dos dados coletados, a partir da mediação entre o conteúdo descrito e a teoria que dá suporte à pesquisa. Momento de interpretar os resultados das fases anteriores, etapa onde realiza-se a análise em si.

O projeto de pesquisa foi cadastrado na plataforma SIPPE da Unipampa sob o número 0801516 passou pelo comitê de ética e pesquisa da Universidade Federal do Pampa. Foi aprovado pelo parecer 1.685.722. (Anexo A). Os participantes não receberam nenhuma remuneração sendo beneficiados com as discussões, que possibilitaram aos sujeitos reconhecer a própria realidade, pois a pesquisa proporcionou a reflexão e esclarecimento sobre a temática pesquisada, tanto para a comunidade como científica como para a sociedade. Os riscos da pesquisa basearam-se na probabilidade dos sujeitos pesquisados sentirem-se desconfortáveis com as discussões ou sua participação no grupo, porém todos foram informados de que poderiam desistir a qualquer momento a participar da pesquisa. O retorno dos

dados será realizado por meio de apresentação dos resultados em reunião do grupo NIARA.

3 OS CAMINHOS DA INSERÇÃO SOCIAL DO NEGRO NO BRASIL

O presente capítulo trará considerações relacionadas a acontecimentos ocorridos na sociedade brasileira para com o negro. Todas as considerações sobre o negro na maior parte das situações parte do contexto histórico da colonização do país e as consequências provenientes deste processo. Não se pode contar a história do negro no Brasil sem relacionar com o descobrimento e transformação do país.

3.1 Trajetória histórico social da população negra no Brasil

Para abordar o desenvolvimento social da população negra, as relações raciais ou qualquer derivado deste tema é preciso fazer uma análise desde a colonização do Brasil. Destaca-se nessa trajetória que após a descoberta oceânica das terras Brasileiras a necessidade de explorar e expandir os bens e matérias aqui encontrados – para seu uso fruto plenos –, levou os europeus a buscar incansavelmente disporem de indivíduos para executar mão de obra que concretizava seus objetivos de posse. Assim destaca-se que:

[...] o futuro país nasceu da conquista de povos seminômades, na idade da pedra polida, por europeus detentores de tecnologia muito mais avançada. O efeito imediato da conquista foi a dominação e o extermínio, pela guerra, pela escravização e pela doença, de milhões de indígenas. O segundo tem a ver com o fato de que a conquista teve conotação comercial. A colonização foi um empreendimento do governo colonial aliado a particulares (CARVALHO, 2002, p.18).

A concepção de posse e produção atribuída ao povo africano para a instauração do escravismo foi acentuada a partir da ideia que escravizar o branco cristão que pactua dos mesmos comportamentos e princípios passou a ser condenada pelos europeus, por serem estes pertencentes a uma mesma sociedade. Assim:

[...] um inglês poderia mandar decapitar, queimar e verter chumbo quente pela goela de um irlandês, colocá-lo numa prisão com água até os joelhos ou condená-lo às galés ou ao desterro com trabalhos forçados, mas não conseguiria escravizá-los. Só se escraviza o outro, o estranho que está fora de nossa sociedade (SILVA, 2002, p.852)

A opção pela escravização do negro reside no fato do povo africano de acordo com Priori (2004 apud. PINTO; BOMFIM, 2006, p.3), serem exímios conhecedores da agricultura e do ferro, como também dispor de força e resistência física. Não sendo cogitado o povo que aqui já habitava os índios, pois na visão dos europeus os índios não teriam valor como mercadoria.

O índio brasileiro era tão desprezível na avaliação portuguesa que o preço de cada um não ultrapassava a casa dos quatro mil-réis, enquanto o negro nunca era vendido por menos de cem mil-réis, isto no início da escravidão. Eram, pois, os africanos, mercadoria de alto valor na época. Para isso concorria, de certo, sua fácil adaptação à faina agrícola, uma vez que, acostumados a outras condições de vida, decorrentes de civilização maias adiantada, seus hábitos e temperamento muito diferiam do nomadismo indígena [...] (LUNA, 1968, p. 16).

Desta maneira se perpetuou a escravidão no Brasil por mais de trezentos anos. Como Albuquerque e Fraga (2006) indicam, a maior parte da riqueza produzida, consumida no Brasil ou exportada foi fruto da exploração do trabalho escravo. As mãos escravas extraíram ouro e diamantes das minas, plantaram e colheram cana, café, cacau, algodão e outros produtos tropicais de exportação.

Foram também os escravos responsáveis pelo trabalho na agricultura de subsistência, na criação de gado, na produção de charque, nos ofícios manuais e nos serviços domésticos. Assim como nas cidades, eram eles que se encarregavam do transporte de objetos e pessoas e constituíam a mão-de-obra mais numerosa empregada na construção de casas, pontes, fábricas, estradas e diversos serviços urbanos. Os responsáveis pela distribuição de alimentos, como vendedores ambulantes e quitadeiras que ocupavam as ruas das grandes e pequenas cidades brasileiras. O interesse e benefício de escravizar o povo africano fez com que a escravidão virasse um grande mercado lucrativo. Pois comercializar e negociar escravos eram de grande valia a partir de que estes poderiam ser trocados por valores ou mercadorias. Destaca-se que:

As negociações envolviam várias etapas, eram lentas e com gestos cheios de significados simbólicos. Os navios tinham que pagar taxas de ancoragem, e os capitães ofereciam presentes para os chefes locais ou para os representantes dos reis, que moraram no interior do continente. Estes geralmente eram presenteados com tecidos finos, como brocados, veludos e sedas, com botas de couro, chapéus emplumados, casacos agaloados, punhais e espadas trabalhadas, pipas de bebidas destiladas, cavalos e uma variedade de produtos que indicavam prestígio (SOUZA, 2008, p. 59).

Por isso possuir escravos não era privilegio de grandes fazendeiros, senhores de engenho ou pessoas que possuíam grandes fortunas. Segundo Albuquerque e Fraga (2006), até a primeira metade do século XIX, a propriedade escrava estava espalhada entre as diversas camadas da sociedade, inclusive pobres e remediados. Padres, militares, funcionários públicos, artesãos, taverneiros, comerciantes e pequenos lavradores adquiriam escravos. Até ex-escravos possuíam escravos. Nas cidades, a maioria dos cativos pertencia a pequenos escravistas, pessoas que possuíam em sua maioria dois escravos. Em vista disso era notável o interesse na manutenção da escravidão.

Toda pessoa com algum recurso possuía um ou mais escravos. O Estado, os funcionários públicos, as ordens religiosas, os padres, todos eram proprietários de escravos. Era tão grande a força da escravidão que os próprios libertos, uma vez livres, adquiriam escravos. A escravidão penetrava em todas as classes, em todos os lugares, em todos os desvãos da sociedade: a sociedade colonial era escravista de alto a baixo (CARVALHO, 2002, p. 20).

Como relatam Albuquerque e Fraga (2006), as pessoas escravizadas além de serem obrigadas a trabalhar em condições precárias, levadas ao extremo de cansaço, eram castigadas e sobreviviam em condições mínimas. Trabalhavam na mineração, criação de animais, em engenhos e lavouras entre outros. Submetidos a trabalhar até mesmo no período noturno, muitas vezes sem intervalos e sem refeições, além de serem obrigados a realizar atividades que poderiam causar graves ferimentos, lesões e doenças. Mulheres, até mesmo as que estavam em período gestacional eram forçadas a trabalhar, meninos a partir de 10 anos trabalhavam como condutores de carros de boi e tarefas relacionadas a agricultura, crianças menores eram obrigadas a realizar tarefas domésticas nas casas dos senhores, cultivo de alimento e caça de animais.

Os escravos não eram cidadãos, não tinham os direitos civis básicos à integridade física (podiam ser espancados), à liberdade e, em casos extremos, à própria vida, já que a lei os considerava propriedade do senhor, equiparando-os a animais. Entre escravos e senhores, existia uma população legalmente livre, mas a que faltavam quase todas as condições para o exercício dos direitos civis, sobretudo a educação. Ela dependia dos grandes proprietários para morar, trabalhar e defender-se contra o arbítrio do governo e de outros proprietários. (CARVALHO, 2002, p. 21)

Dito isto, esses escravos não tinham as mínimas condições de vida, saúde e educação, assim, foram inúmeras as formas de violência e castigo que diminuíram o povo negro a menos que animais, logo, nesse sentido, a violência não era apenas física, mesmo que o principal elemento de dominação dos senhores baseava-se nas mordidas, chibatadas ao tronco quando os escravos eram rebeldes ou desobedientes.

A relação entre senhores e escravos era fundamentada na dominação pessoal e estava determinada principalmente pela coação. Assim, os castigos físicos e as punições eram aspectos essenciais da escravidão. Os cativos tinham pouquíssimos recursos contra os castigos recebidos. A menos que a punição resultasse em morte e alguém se dispusesse a delatar às autoridades, pouco ou nada podia ser feito (ALBUQUERQUE, FRAGA, 2006, p.68).

O modo de vida dos negros construiu-se alicerçada nestas violências, agressões e opressão. E a violência teve início desde a vinda dos negros da África ao Brasil, o negro não tinha opção, eram trazidos a força. Como relatam Mungana e Gomes (2006), o tráfico negreiro é considerado, por sua amplitude e duração uma das maiores tragédias da história da humanidade. Durou séculos e tirou da África milhões de homens e mulheres que foram arrancados de suas raízes e deportados.

Eram transportados nos navios negreiros em condições desumanas, em embarcações pequenas e mal construídas. Viajavam com circunstâncias precárias de higiene e alimentação dentro de porões onde não entrava luz do sol, amontoados de maneira que era impossível mover-se. O que em inúmeras situações ocasionava em doenças, muitas delas irreversíveis e fatais, em decorrência disto grande parte dos africanos sequer chegavam ao Brasil, eram jogados ao mar os mortos e contaminados com doenças transmissíveis para não infectar ao restante da tripulação (CHIAVENATO, 2012).

Aos que chegavam as terras brasileiras o destino era o mercado negro, outro momento de agressão a este povo escravizado, pois eram amarrados uns aos outros e expostos como mercadorias, eram avaliados como animais, avaliados por sua aparência, dentes e órgãos. Chiavenato

[...] os africanos eram exibidos nas lojas dos comerciantes escravistas, amarrados uns aos outros. Às vezes eram tantos os negros que a “mercadoria” vazava para as ruas, ficando exposta à curiosidade dos compradores. Eram examinados como animais: apalpados, dedos enfiando-se pelas bocas, procurando os dentes para adivinhar a idade ou conferir se o vendedor não mentia. Os órgãos sexuais eram cuidadosamente

inspecionados, as mulheres tendo seios manipulados e os genitais escancarados para a avaliação de sua qualidade erótica ou como “parideiras” (CHIAVENATO, 2012, p.106).

Isto é, tratados como produtos sem o menor senso de que se tratava de humanos. O povo escravizado depois de ser capturado em sua terra de origem e trazidos ao Brasil também era forçado a desfazer-se de seus costumes, assim como obrigados a se desligar de seus parentes e conhecidos. Souza (2008) descreve que, além de serem afastados das aldeias nas quais cresceram e que era o centro de seu universo, muito poucas vezes conseguiam manter-se próximos de conhecidos e familiares mesmo quando todos eram capturados juntos.

Chiavenato (2012) esclarece que quando na mão dos senhores o descaso só aumentava, negras eram violentadas até mesmo a mando das senhoras ou por elas mesmas, muitas das vezes por mero ciúmes ou antipatia. Pelo menor dos motivos as negras tinham dentes quebrados, olhos arrancados e seios cortados, eram punidas pela cobiça dos patrões pela qual na maior parte das vezes não tinham nem conhecimento. Desde a captura na África, suportando o sofrimento de toda a viagem ao Brasil dentro dos navios negreiros, os negros foram vítimas da desumanidade que a escravidão gerou. Morriam de peste, fome, surras, arrancavam-lhes os membros e os órgãos genitais, aleijavam, cegavam.

Muitas crianças eram capturadas no momento em que nasciam e mortas para que não se corresse o risco de que os filhos distraíssem as mães de suas funções no trabalho, quando em ocasiões as mães não eram obrigadas a abortar. Pois para os patrões não era lucrativo cria-los nas senzalas, comprar negros já crescidos e prontos saía mais em conta. Crianças eram mortas afim de que as mães amamentassem os filhos dos senhores, que ao nascer já ganhavam um moleque escravo Chiavenato (2012).

Albuquerque e Fraga (2006), explicam que, independente do espaço de trabalho as condições de moradia destes escravos eram extremamente precárias, residiam em senzalas, espaços que consistiam em uma única construção retangular e alongada, internamente repartida em vários cubículos, ou em barracos separados, feitos com paredes de barro batido e cobertas de sapê ou telhas de cerâmica que eram construídas pelos próprios escravos. Os barracos eram os únicos espaços, que de maneira limitada, eles tinham para poder incorporar e realizar elementos da cultura africana.

Quanto às roupas, vestiam peças prontas e elaboravam outras com tecidos, ambos concedidos pelos senhores e de baixa qualidade. A alimentação também era precária, a grade maioria era obrigada a comer uma espécie de ração oferecida pelos senhores, os que moravam em barracos conseguiam ter um pouco de autonomia e fazer a própria comida com suprimentos providenciados por eles mesmo através da caça, pesca ou cuidando da própria roça. Assim:

[...] nada aqui chegou a “adocicar-se em transigências” para o escravo negro. Tudo foi sangue e chibata, sempre, jogado nas senzalas imundas dormindo no chão ou arranjando-se em cima de folhas, trabalhando de 14 a 18 horas por dia indo ao tronco pelas menores faltas, a vida dos escravos é uma crônica de crueldades, a que não faltam as manifestações sádicas dos senhores e sinhazinhas (CHIAVENATO, 2012, p. 107).

Considerando as dimensões regionais do continente africano e a diversidade cultural, com suas mais diversas línguas, costumes, organizações de sociedade e religiões, elementos da vida desse povo antes de serem extraídos da sua terra e trazidos para o Brasil, onde pelos senhores tiveram seus costumes e cultura reprimidos, a fim de exercer o domínio sob os escravos. Dito isto, destaca-se que:

A escravidão foi muito mais do que um sistema econômico. Ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência. A partir dela instituíram-se os lugares que os indivíduos deveriam ocupar na sociedade, quem mandava e quem devia obedecer. Os cativos representavam o grupo mais oprimido da sociedade, pois eram impossibilitados legalmente de firmar contratos, dispor de suas vidas e possuir bens, testemunhar em processos judiciais contra pessoas livres, escolher trabalho e empregador (ALBUQUERQUE, FRAGA, 2006, p. 68).

Como abordam Albuquerque e Fraga (2006), para que o povo pudesse fugir da condição de objeto imposta pelo escravismo fora preciso criar novas formas e espaços para amar, constituir famílias, criar filhos, brincar, folgar, cultuar deuses africanos. Era necessário criar possibilidades de sair da condição de escravo por meio da fuga, revolta ou alforria. Para sobreviver e modificar sua sorte no mundo da escravidão, os escravos tiveram de recorrer às lembranças do que haviam vivido na África e às experiências acumuladas ao longo da vida no cativeiro.

[...] em terra de branco, a sobrevivência significou abrir caminhos para tornar a vida mais suportável. E isso significava esforço cotidiano para modificar e mesmo subverter as condições de domínio escravista. Através de diversas e criativas maneiras, os escravos buscaram tirar proveito da

ideologia paternalista dos senhores ludibriando suas vontades e caprichos e, às vezes, invertendo a direção que eles pretendiam imprimir às suas vidas (ALBUQUERQUE, FRAGA 2006, p. 69).

A alternativa para que os escravos pudessem desfrutar de alguma comodidade e melhora no modo de vida era envolver-se em outras atividades que em muitas não estava ligada aos seus senhores. Trabalhavam nos dias de folga para seus senhores e em algumas ocasiões para outros empregadores para conseguir dinheiro, assim como trabalhos de corte costura e artesanatos vendidos nas feiras.

[...] pode-se caracterizar o Brasil colonial e imperial como uma sociedade escravista, e não apenas uma que possuía escravos. Podemos dizer também sociedade racista, na medida em que negros e mestiços, escravos, libertos e livres, eram tratados como "inferiores" aos brancos europeus ou nascidos no Brasil. Assim, ao se criar o escravismo estava-se também criando simultaneamente o racismo. Dito de outra forma, a escravidão foi montada para a exploração econômica, ou de classe, mas ao mesmo tempo ela criou a opressão racial (ALBUQUERQUE, FRAGA, 2006, p. 68).

Assim foi o modo de vida da população negra no Brasil por mais de trezentos anos. Os negros foram torturados, violentados mortos, tratados como animais, diminuídos a objetos descartáveis. Isso foi possível pela força de uma repressão que, antes de se exercer materialmente, deu origem a razões ideológicas que fundamentavam e aprovavam a violência. Porém os negros escravizados reagiram (CHIAVENATO, 2012). Os escravos não eram pacíficos dos quais a obediência podia ser sustentada pelo chicote, em suas lutas diárias, os escravos impuseram limites a dominação dos senhores.

As sociedades escravistas nas Américas foram marcadas pela rebeldia escrava. Onde quer que o trabalho escravo tenha existido, senhores e governantes foram regularmente surpreendidos com a resistência escrava. No Brasil, tal resistência assumiu diversas formas. A desobediência sistemática, a lentidão na execução das tarefas, a sabotagem da produção e as fugas individuais ou coletivas foram algumas delas. Fugir sempre fazia parte dos planos dos escravos (ALBUQUERQUE, FRAGA, 2006, p.117).

Os escravos fugiam como forma de rebeldia contra os castigos, o excesso de trabalho, a falta de tempo para lazer entre diversos outros motivos, mas o principal, luta sempre foi pela liberdade. A vida dos escravos não era somente de submissão, mesmo em muitos momentos aceitando os castigos e maus tratos, havia entre eles

os que se rebelavam. As reações eram fugas, revoltas, massacres contra a família dos seus donos; até as mais pacíficas, como a negociação de uma carta de alforria. Cartas estas que poderiam ser concedidas através de pagamento em ouro aos senhores, assim como poderia ser adquirida gratuitamente. Porém, em ambos os casos a carta era revogável.

A maioria das cartas de alforria era onerosa, pelas quais o escravo deveria pagar uma quantia em dinheiro para ressarcir o prejuízo do proprietário ou recompensá-lo indiretamente com a prestação de serviços, permanecendo em sua companhia até a morte, servindo e não “ser ingrato ou dar desgosto” (MATTOS, 2007, p. 122).

A maioria das organizações e formas de resistência surgiram de pequenos grupos e de escravos solitários que fugiam dos maus tratos e precariedade que tinham no modo de vida nas mãos dos senhores. Estes escravos que conseguiam fugir, quando não eram recapturados, passavam a viver nos quilombos².” Fugir do senhor e se juntar a outros rebeldes foi uma estratégia de luta desde que os primeiros tumbeiros aportaram na costa brasileira até as vésperas da abolição” (ALBUQUERQUE; FRAGA, 2006, p.118).

Nas primeiras organizações os quilombos consistiam apenas em aglomerados de palhoças sem uma organização que os protegessem. Representando apenas um esconderijo de negros que temiam uma captura, posteriormente passou a ser o seu mundo temido pelos brancos que por ali se aventurassem. Os rebelados, agora livres, passaram então a pensar não só na sobrevivência, mas em fazer o que fosse necessário para a sua própria proteção e do quilombo, assim espalhando o pânico entre as cidades, (MUNANGA; GOMES, 2006).

Os maiores quilombos possuíam uma organização liderada por chefes escolhidos por suas habilidades e conhecimento. De acordo com Souza (2008), os líderes dos quilombos eram eleitos por votos efetuados com grão de milho ou feijão. Os líderes mais célebres dos quilombos foram Palmares e Zumbi.

Palmares e Zumbi se tornaram importantes símbolos da resistência contra a escravidão, sendo exemplo mais espetacular de um tipo de ação

² Para Albuquerque e Fraga (2006, p. 118), quilombos, palenques, maroons são diferentes denominações para o mesmo fenômeno nas diversas sociedades escravistas nas Américas: os grupos organizados de negros fugidos. No Brasil, esses agrupamentos também eram chamados de mocambos.

largamente adotada pelos escravos de todo o período escravista. Os quilombos, nos quais os escravos fugidos reconquistavam sua liberdade, podiam estar afastados de qualquer núcleo de colonização ou mais próximos de um arraial ou uma cidade. Nos mais isolados, os quilombolas viviam do cultivo da terra, da caça, da pesca, produzindo seus tecidos, seus potes, suas cestas, seus instrumentos de trabalho e armas (SOUZA, 2008, p. 98).

Foram anos de luta e resistência, como relata Chiavenato (2012), somente após a guerra do Paraguai que encerrou em 1870, da qual os negros foram impostos a lutar e que conseqüentemente acarretou em um grande genocídio do povo negro, surgiu um movimento organizado em prol da libertação dos escravos. Em 1888 o Brasil estava praticamente livre da escravidão, a Lei Áurea assinada em 13 de maio de 1.888 regularizou esta situação.

O escravismo morreu sob discursos exaltados, campanhas humanitárias e passeatas célebres, mas principalmente porque se tornou evidente, que a partir de 1872— quando em São Paulo a maioria dos trabalhadores era assalariada—que o trabalho escravo era anacrônico (CHIAVENATO, 2012, p. 214).

Entretanto, a abolição foi decretada no Brasil sem que se preparasse os negros para ela, a Lei não previa nada que trouxesse aos escravos libertos, garantia de algum direito adicional. De acordo com Chiavenato, (2012), muitos negros continuaram na condição de escravos, não por deixar de entender a situação em que se encontravam, mas por falta de opção. Pois nesta fase já estava sendo substituída a mão de obra escrava pela imigrante, processo que iniciou aproximadamente trinta anos antes da abolição, com a justificativa de que os imigrantes trabalhavam com maior fervor que os escravos e causavam menos atritos com os senhores. Assim no período da abolição o processo de substituir a mão de obra escrava já encontrava-se em estágio avançado principalmente nas cidades de maior desenvolvimento econômico.

Assim os escravos libertados, após a abolição juntaram-se aos homens já livres, que em sua maioria dedicavam-se a economia de subsistência, em ramos ligados aos pequenos serviços urbanos.

Não há, na literatura, uma resposta consensual à questão. As interpretações sobre a passagem do regime escravista para aquele baseado no trabalho livre não privilegiam os mesmos aspectos. Furtado, em seu trabalho clássico, *A formação econômica do Brasil*, destaca a racionalidade econômica dos empresários do café para explicar o recurso à imigração. Essa teria sido uma escolha lógica em função das características apresentadas pelos diferentes grupos de trabalhadores. Os homens livres e libertos, além de não adaptados ao trabalho regular assalariado, estariam muito dispersos no setor de subsistência, que se estendia do Norte ao extremo Sul do país, tornando difícil e extremamente custoso seu recrutamento (THEODORO et al 2008, p.30).

Justifica-se desse modo a perpetuação da desigualdade histórica nos trabalhos disponibilizados aos negros libertos, a partir da vontade dos senhores, que pensavam no lucro e vantagem de se ter os imigrante como mão de obra. Na perspectiva de se construir uma acumulação maior do que era produzido, o que demandava um mercado de trabalho volumoso e produtivo. Mais do que uma decisão racional do empresário capitalista, “a passagem da escravidão ao trabalho livre parece ser parte de um processo mais amplo de reestruturação econômica e social, mas também de um aprofundamento da inserção da economia brasileira no contexto mundial” (SINGER, 1975, p. 353). As dificuldades após a abolição, com a grande massa de libertos girou também em torno de:

Sem ter o que fazer, despreparados para acompanhar o crescimento deste mercado de trabalho e entregues à própria sorte, não foram cogitadas no momento devido e tiveram como resultado a desorganização geral que se verificou depois, prejudicando fundamentalmente a vida nacional (LUNA, 1968, p. 203).

A abolição não conseguiu livrar os negros da escravidão, não conseguiu poupar os negros da discriminação racial e suas conseqüências, como a exclusão e a miséria, que conseqüentemente ocasionou no atraso do desenvolvimento da população negra. Uma nova forma de discriminação de aspectos cruéis e inimagináveis emergiu após a assinatura da Lei Áurea naquele treze de maio de 1888. Opressão esta que perdurou por várias décadas.

Continuar na mão dos senhores em muitas vezes foi à única maneira de dispor de um prato de comida e um teto para morar, mesmo que de forma precária era melhor do que viver na rua. O fim do escravismo facilitava os senhores melhor explorar os negros. Podia-se pagar o “trabalho livre” apenas com o lucro das verduras, do gado abatido (CHIAVENATO, 2012). Ressalta-se que aos poucos a realidade de procura pelo negro foi se alterado:

Da cidade foi o negro, realmente, escorraçado. Com a intensificação da imigração, os trabalhadores estrangeiros, que gozavam da preferência dos empregadores, passavam a se concentrar nos centros urbanos mais desenvolvidos. A região sul, pelas suas condições climáticas e melhores possibilidades oferecidas pelo mercado de trabalho, foi a que mais atraiu o imigrante europeu. As cidades de São Paulo, Curitiba, e Desterro (hoje Florianópolis) foram, aos poucos, transformando velhos hábitos e costumes pelo processo de europeização. À medida que isso acontecia, aumentavam as dificuldades para negros e mulatos no mercado de trabalho, atingindo também os demais (LUNA, 1968, p.207).

Chiavenato (2012) explica que os escravos assumiram a liberdade sem nenhuma profissionalização. O que resultou na preferência pelos imigrantes, pois na visão dos senhores o negro era bronco e vagabundo. Assim como receavam que houvesse, por parte dos negros, algum tipo de reação levada pela recente liberdade e pela lembrança da violência da qual os negros ainda lembravam. No trecho a seguir os autores destacam que:

O trabalho escravo, núcleo do sistema produtivo do Brasil Colônia, vai sendo gradativamente substituído pelo trabalho livre no decorrer dos anos 1800. Essa substituição, no entanto, dá-se de uma forma particularmente excludente. Mecanismos legais, como a Lei de Terras, de 1850, a Lei da Abolição, de 1888, e mesmo o processo de estímulo à imigração, forjaram um cenário no qual a mão-de obra negra passa a uma condição de força de trabalho excedente, sobrevivendo, em sua maioria, dos pequenos serviços ou da agricultura de subsistência (THEODORO et al 2008, p.15).

Uma vez que, de acordo com os pensamentos no período recente a abolição, havia ainda uma forte tendência a se tomar medidas consideradas como a que chamavam de “branqueamento do povo”. Isso só seria possível com a exclusão dos negros da sociedade, considerando-os um obstáculo aos estágios avançados da sociedade.

No Brasil, aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos. Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos regressaram a suas fazendas, ou a fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por baixo salário. Dezenas de anos após a abolição, os descendentes de escravos ainda viviam nas fazendas, uma vida pouco melhor do que a de seus antepassados escravos. Outros dirigiram-se às cidades, como o Rio de Janeiro, onde foram engrossar a grande parcela da população sem emprego fixo. (CARVALHO, 2002, p.52).

O negro ficou à margem da produção e demorou para que a indústria aceitasse está mão de obra. Isso contribuiu para mantê-lo por muito tempo afastado

do processo político e desenvolvimento social do país, assim o negro tornou-se uma figura marginalizada. O Brasil só atingiria o nível das nações desenvolvidas se eliminasse o lado africano do país. Restava, aos ex-escravos, poucas opções de sobrevivência. Deparava-se com o desemprego, a fome, as dificuldades e com uma rotina que havia melhorado sua vida, mas não como sonhavam. (ALBUQUERQUE, FRAGA, 2006). Theodoro (et al 2008) alegam que, os negros “livres e libertos” construirão um subgrupo populacional que mais crescerá no decorrer do século XIX.

Conforme Chiavenato (2012), o ex-escravo atribuía o seu caráter definitivo na sociedade brasileira: negro. Negro passou a ser marca, sinal de inferioridade que aumentou na medida do embranquecimento do país, rebaixando mulheres e homens “de cor” e aumentando o número de mulatos que aspiravam à branquidão.

A população negra teve que enfrentar sozinha o desafio da ascensão social, e frequentemente precisou fazê-lo por rotas originais, como o esporte, a música e a dança. Esporte, sobretudo o futebol, música, sobretudo o samba, e dança, sobretudo o carnaval, foram os principais canais de ascensão social dos negros até recentemente. (CARVALHO, 2002, p.53)

A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo definiu o negro como raça, delimitou seu lugar, a forma de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e definiu posições sociais de acordo com a cor da pele, imposições essas que refletem até os dias de hoje.

É na exploração do trabalho escravo - e hoje na marginalidade social que está a origem do racismo brasileiro. Essa obviedade não é tão óbvia assim, quando se projeta no mulato a expressão de “progresso social” na medida em que ele embranquece. Pelo contrário, reforça o racismo, mascarando-o com uma aparente “democracia racial” e fortalecendo a função prática da ideologia do branqueamento – que não precisa ser defendida nem explicada pelos ideólogos do sistema, porque já foi amplamente absorvida pela sociedade, é praticada “naturalmente”. Os negros sobem na escala social quando se casam com mulatos e os mulatos tomam status de branco ao se infiltrarem nas famílias brancas: é a fórmula mágica criada pelo sistema e que serve para condicionar politicamente os negros (CHIAVENATO, 2012, p.226).

Mesmo nos dias atuais os descendentes do povo negro, denominados no Brasil como afro-brasileiros precisam lutar por condições igualitárias de cidadania, justiça social e diversidade cultural. Lutam entre outras coisas, pelo acesso e permanência na escola, ao desenvolvimento de práticas de saúde de combate à mortalidade materna e neonatal de mulheres e de recém-nascidos negros ou pela

livre prática de sua cultura e religião maternas. Batalham por seu espaço, por visibilidade e representação.

As consequências da escravidão foram duradouras para a população negra e perpetuam até os dias atuais. Carvalho (2002) traz que o negro é a parte da população com maior colocação inferior nos indicadores de qualidade de vida. A parcela que menos tem acesso à educação e empregos qualificados e quando ocupa cargos de melhor visibilidade obtém os menores salários, como também possui os piores índices de ascensão social.

3.2 Em pauta temas contemporâneos e a inserção do negro

São evidentes as disparidades de tratamento relacionadas à população negra, mediante ao contexto histórico visto até aqui, é possível entender este cenário de desigualdade sem retroceder no tempo para compreensão dos determinantes históricos. O atraso no desenvolvimento da população negra decorrentes da escravidão se perpetua até os dias atuais. Criou-se um cenário de descaso e desigualdade social legitimado por uma grande parcela da sociedade e patrocinado pelo preconceito, julgamento prévio e negativo que vem a inferiorizar o negro, sua raça, etnia, cultura e religião. Como expõem Schwarcz:

A situação aparece de forma estabilizada e naturalizada, como se as posições sociais desiguais fossem quase um desígnio da natureza, e atitudes racistas, minoritárias e excepcionais: na ausência de uma política discriminatória oficial, estamos envolvidos no país de uma “boa consciência”, que nega o preconceito ou o reconhece como mais brando. Afirma-se de modo genérico e sem questionamento uma certa harmonia racial e joga-se para o plano pessoal os possíveis conflitos. (SCHWARCZ, 2012. p.30)

Porém, a maior das consequências da escravidão materializa-se por meio do racismo, o resultado do processo de embranquecimento do povo, da visão de que o negro representava um atraso ao desenvolvimento, visto como um ser negativo, que deveria ser banido da sociedade brasileira para que ela fosse vista como desenvolvida. O Racismo foi naturalizado pela sociedade, tornou-se molde para exclusão e preconceito, percebido por grande parcela da sociedade como algo brando, que não os atinge. Tornando o racismo um problema do qual as pessoas afastam de seu ambiente particular e o transmitem ligados a um outro contexto ao

qual não fazem parte. O racismo é o principal fator para todas as consequências no atraso ao desenvolvimento da população negra.

Conforme Mungana e Gomes (2006), o racismo é um comportamento, uma ação discriminatória cometida de um indivíduo para outro, podendo atingir níveis extremos de violência. O racismo tem por base um conjunto de julgamentos pré-concebidos que avaliam as pessoas de acordo com suas características físicas, em especial a cor da pele. Baseada na preconceituosa ideia de superioridade de certas etnias, tal forma de segregação está impregnada na sociedade brasileira e acontece nas mais diversas situações. As formas de racismo mais presente na sociedade é o racismo velado e institucional que manifestam-se como forma de isolamento dos negros em determinados bairros, empregos e escolas.

[...] Em nosso país, apesar de todos se dizerem avessos ao racismo, não há quem não conheça cenas de discriminação ou não saiba uma boa piada sobre o tema. Ainda hoje o trabalho manual é considerado aviltante e a hierarquia social reproduz uma divisão que data da época do cativo. Com naturalidade absorvemos a ideia de um elevador de serviço ou de lugares que se transformam em verdadeiros guetos raciais (MOURA, 1996, p.30).

Para Guimarães (1999), o racismo sempre foi um fenômeno dentro de uma ordem societária que consolidou a crença da “democracia racial”. Artifício que colabora para ocultar a realidade da população negra na sociedade brasileira que em primeiro momento não dispôs de políticas voltadas a si, com isso ampliando as desigualdades sociais.

O racismo se perpetua por meio de restrições fatuais da cidadania, por meio da imposição de distâncias sociais criadas por diferenças enormes de renda e de educação, por meio de desigualdades sociais que separam brancos de negros, ricos de pobres, nordestinos de sulistas (GUIMARÃES, 1999, p.57).

Ainda hoje é comum também normalizar o fato dos negros serem responsáveis por trabalhos subalternos, com salários inferiores aos demais sujeitos. Entendimento que irrompe da concepção de que negro não era qualificado ou possuía inteligência suficiente para trabalhos mais sofisticados. Conceito fruto do período que seguiu à abolição, a aceleração do desenvolvimento econômico e pelo surgimento de novas oportunidades de ascensão social, que estimularam a divisão de raças e das relações raciais, o que fez emergir as categorias sociais. Na contemporaneidade não raro as pessoas ficam impressionadas quando veem um

negro gestor ou ocupante de postos de trabalhos ou profissões consideradas de elite.

Fala-se em raças, pois o termo aqui utilizado não se refere à raça humana no qual não se difere um ser humano do outro, mas sim a ideia de raça social. Cunha Jr (2005) frisa que cientificamente não se defende a hipótese de haver características fenotípicas que permitam a classificação da espécie humana em diferentes raças. Porém Munanga (2004) justifica o conceito de raças no teor político da questão, construindo a divisão de raças pelo contexto geográfico de onde vêm estas pessoas como também, cultura, história e seu papel na sociedade. Guimarães (2002) aponta que extinguir o conceito de raças só seria possível no momento em que:

[...] não houver identidades raciais, ou seja, quando já não existirem grupos sociais que se identifiquem a partir de marcadores direta ou indiretamente derivados da ideia de raça; segundo, quando as desigualdades, as discriminações e as hierarquias sociais efetivamente não corresponderem a esses marcadores; terceiro, quando tais identidades e discriminações forem prescindíveis em termos tecnológicos, sociais e políticos, para a afirmação social dos grupos oprimidos (GUIMARÃES, 2002, p. 50-51).

Raça, portanto, é um conceito construído fundamentado nas relações entre grupos, construídas alicerçadas em suas diferenças sociais e o preconceito projetado aos que possuem maior dificuldade neste processo. Assim, torna-se evidente as contradições dessas relações e posturas de superioridade e inferioridade. Bem como se estabelece e define-se papéis diferenciados, o medo de competição e as aspirações do grupo subordinado. Como pode-se reafirmar através de Santos (2001), raça é uma ideologia, uma estrutura e um processo pelo qual grupos distintos, com características biológicas e culturais verdadeiras ou atribuídas, são percebidos. Sendo classificados como raça ou grupo étnico específico diferente e inferior. Diferenças estas que são empregadas como fundamento lógico para se excluir os membros desses grupos do acesso a recursos e direitos.

Na mesma perspectiva de raça utiliza-se o termo negro ao invés de afro descende, por seu viés político, pois o decorrer do desenvolvimento deu fruto à miscigenação dos povos, sendo assim grande parte da população brasileira origina-se desse processo, conseqüentemente muitos dos brasileiros descendem em algum grau do povo africano trazido ao Brasil. Estudos da genética, por meio da biologia molecular, “mostram que muitos brasileiros aparentemente brancos trazem

marcadores genéticos africanos, cada um pode se dizer um afrodescendente. Trata-se de uma decisão política” (MUNANGA, 2004, p. 52).

Mas, no entanto neste estudo aborda-se o negro, a parcela da população que descende deste povo e herdou não apenas as características físicas como também as consequências oriundas do período escravista, do qual o povo negro tem como maior resultado o atraso em seu desenvolvimento social. Lopes (2002) afirma que classificação de raça e definição do negro está baseada não apenas em características físicas determina-se ao meio socioeconômico, regional e caráter geracional. Classificação necessária para que a sociedade enxergue a população negra, seus obstáculos lutas, e a violência da qual ela sofre. Assim,

Dizer-se "preto (a)" ou "pardo (a)" em nosso país é, concretamente, uma distinção que carrega significados presentes em sua nomeação e no próprio reconhecimento de ser diferente de determinado grupo de pessoas e de ser igual a outros. Mais ainda, esses significados estão recheados de estereótipos e estigmas associados ao processo social dessa identificação (DUARTE, 2006, p.1).

Ou seja, está ligado diretamente ao lugar ao que a sociedade reserva para a população negra, na educação, trabalho, na cultura, sociedade e demais espaços. Por ter o objetivo de analisar a parcela de descendentes do povo africano que herdou não apenas as características físicas, mas também o atraso social e consequências oriundas desse processo assim como verificar quais foram os avanços no contexto de vida deste povo e que expressões ainda perpetuam nos dias atuais é que esta pesquisa abordou apenas o negro. Destaca-se que:

Querer negar a questão da raça, suas consequências e implicações específicas no Brasil, onde a maior parte da população submetida às injustiças sociais se identifica e é identificada como preta ou parda – por diversos elementos presentes no processo social e histórico brasileiro –, é querer inventar uma borracha gigante que apague milhões de brasileiros (as) e seus problemas reais (DUARTE. 2006, p.1).

Chiavenato (2012) trata que a herança da escravidão, estabelecida nas várias “repúblicas” e no modelo atual de sociedade capitalista, entre outros dramas que atingem o povo negro brasileiro, destaca, que durante toda a evolução da sociedade brasileira a maior parcela de crianças e adolescentes pobres são negros. Ou seja, grande parte das crianças e dos adolescentes marginalizados no Brasil são negros.

A população negra representa mais da metade dos brasileiros, dados mais recentes do IBGE declaram que a população negra representa mais de 51% da população brasileira, correspondendo estimativamente a 96.795.294 de brasileiros, no entanto é a parcela que menos tem acesso a bens, políticas, saúde, educação entre outras necessidades.

Mesmo que nos últimos anos o país venha estruturando processos de desenvolvimento e inclusão social e que se tenha alcançado mudanças nas condições de vida de mulheres e homens negros através de políticas socioeconômicas gerais, ações para o atendimento a direitos básicos da população negra e ações afirmativas – principalmente as cotas para ingresso tanto na universidade quanto em concursos públicos, o que tem gerado vários debates entre sujeitos a favor e contra, pois negasse um passado histórico de falta de acesso à educação, o que certamente reflete no ingresso em postos de trabalho – para a promoção da igualdade de oportunidades geradas por movimentos e promoção do governo, ainda assim não são ações suficientes para amenizar as diferenças sociais e desigualdade histórica da população negra.

Conforme Chiavenato (2012), o país estruturou-se a partir de uma relação comprometida com o poder privado, consequência da escravidão e do período colonial, ocasionando em uma ordem social que renuncia uma grande fração da população. O que influenciou a construção enfraquecida dos direitos sociais estabelecidos na Constituição de 1988 como direito a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade à infância, a assistência aos desamparados. O que mais prejudicou a população negra por se tratar da parcela de cidadãos brasileiros que mais necessita destas ações. Embora todo o cidadão brasileiro tenha o direito a acessar os direitos políticos, civis e sociais implantados no Brasil mesmo que tardiamente ainda assim ao negro perdura um processo de desvantagem existencial pela repressão sofrido de forma direta a sua identidade.

A manutenção das desigualdades raciais deve-se as desvantagens que a população negra acumula, até o instante em que o país passar a estender as oportunidades em vários campos da vida social. As diferenças dos grupos raciais somado a resistência do racismo como elemento estruturante das relações sociais no Brasil, operam na concepção de neutralizar o desempenho no processo de

inclusão social. O racismo, seus efeitos e mecanismos de reprodução têm impactado de modo expressivo e perverso a sociedade brasileira.

O Relatório de Gestão da Secad (2004) apontam um grande quadro de desigualdade entre os grupos raciais que compõem a sociedade brasileira. Definindo as relações raciais no Brasil amparado no preconceito e nos estereótipos disseminados e sustentados pelas instituições sociais, dentre elas a escola. Questão está que é fato presente no cotidiano da população negra. A cor explica parte significativa da variação encontrada nos níveis de renda, educação, saúde, moradia, trabalho, lazer, violência, etc. O racismo representa um elemento que tem determinado as desigualdades entre negros e brancos na sociedade brasileira, contrariando noções de cidadania, democracia e direitos humanos proclamados pelo Estado.

Por ser a parcela da sociedade que apresenta maior vulnerabilidade social é também a que está mais propensa a violência. Salles (2010,) retrata que viver em determinados espaços e fazer parte de grupos específicos tem implicações sociais e pessoais, sendo os grupos sociais mais empobrecidos da população, em função da degradação das relações de trabalho e das proteções sociais, estão particularmente sujeitos aos processos de exclusão e desta maneira mais propensos à violência e periculosidade.

Informações mais recentes do mapa de violência trazem que no ano de 2012 as armas de fogo vitimaram 10.632 brancos e 28.946 negros, o que representa 11,8 óbitos para cada 100 mil brancos e 28,5 para cada 100 mil negros. Dessa forma, a vitimização negra foi de 142%, nesse ano, duas vezes e meia mais negros comparados aos brancos. Sendo as mulheres negras e os jovens negros os sujeitos que mais aparecem nessas estatísticas.

[...] no período compreendido entre os anos de 1980 e 2012 a população teve um crescimento em torno de 61%, as mortes matadas por arma de fogo cresceram 387%, mas entre os jovens esse percentual foi superior a 460%. Em outras palavras, mais jovens morrem por armas de fogo, apesar da redução inicial provocada pela aprovação do Estatuto do Desarmamento. E a gravidade se torna ainda maior quando se sabe que, em sua maioria, são os jovens negros as vítimas dessa escalada. Racismo, violência e impunidade se associam na degradação do ambiente social brasileiro (VALENSAN, 2015, p. 10).

Ainda analisando de acordo com o mapa de violência, dados de 2013 mostram que o percentual de jovens negros assassinados é de 173,6%, sendo que 93% dos jovens assassinados são homens. Quanto as mulheres, os homicídios de mulheres brancas são de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576, em 2013. O que configura queda de 9,8% no total de homicídios do período. Enquanto às mulheres negras ampliam suas taxas de homicídio 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas.

Ribeiro (2006) mostra que a violência sofrida pela população negra brasileira integra um processo histórico alimentado pela sociedade que tem sua base firmada no capitalismo e que comanda as relações sociais separando as por classes, raças, gênero, etnias entre outros fatores. Além das particularidades socioeconômicas gênero, estado civil, idade, escolaridade entre outros fatores a cor da pele aumenta a probabilidade da vítima sofrer violência.

O Instituto de Pesquisa Aplicada - IPEA mostra a partir de dados coletados nas últimas pesquisas, realizadas em 2012, que há uma redução da pobreza e desigualdade entre os grupos raciais porém, os negros ainda possui renda familiar per capita menor em comparação aos brancos, resultado do tipo de inserção no mercado de trabalho, onde o negro é sempre visto como a pessoa a ocupar cargos subalternos. De acordo as análises de Guimarães (2002), a pobreza atinge em maior escala a população negra não apenas sob a perspectiva da escravidão, resulta da posição atual da população negra na sociedade. Consequência de um quadro que envolve a falta de oportunidade em inúmeros espaços sociais. “[...] estamos inegavelmente diante de uma sociedade em que os privilégios estão bem estruturados e sedimentados entre grupos raciais e de gênero” (GUIMARÃES, 2002, p. 72).

Constata-se também que a população negra é que tem menos condições de moradias adequadas assim como referente a escolaridade, é a população negra que tem menor grau de escolaridade. São inúmeras as desigualdades referidas à população negra, relacionadas a múltiplos fatores, tais como renda família, acesso à educação, trabalho, saúde, cultura, lazer entre outros, todas estas falhas que resultam da exclusão do negro da sociedade.

Se no tempo do Império o governo proibia os negros de frequentarem a escola, hoje nem é preciso leis e a sociedade não se sente “culpada” por excluí-los. Por exemplo, proporcionalmente há 2,2 vezes mais analfabetos

negros do que brancos. E, antes da lei cotas nas universidades era de 43%; e a de um negro, 18%: mas mesmo agora não mudou muito. Esses dados entre outros, demonstram a marginalidade do negro (CHIAVENATO, 2012 p.227).

Embora algumas medidas tenham sido tomadas – a exemplo das cotas raciais – ainda existe falta de amparo estatal para que a população negra tenha as mesmas condições sociais que o restante da população. Toda esta exclusão e desigualdade colaboram para a invisibilidade e reconhecimento e processo de embranquecimento da população negra. Muitas questões relacionadas ao negro são tratadas de forma velada e superficial, a sociedade naturaliza esta desigualdade entre as raças.

[...] a sociedade local não proporcionou muitas oportunidades de ascensão social aos negros, que continuaram a desempenhar como antes, os serviços para os quais eles eram naturalmente aptos: o trabalho braçal econômico e socialmente desqualificado. Numa situação social como essa existem, obviamente, muitos estímulos para a preservação da antiga ideologia racial dos brancos (CARDOSO, 2000, p. 200).

Embora, sejam tempos de ações de enfrentamento ao racismo e suas consequências, de importantes conquistas e constantes desafios, percebe-se busca pela responsabilização do Estado ao incorporar, na agenda governamental, demandas e debates sobre a questão do negro. A que se dar visibilidade e valor as lutas dos movimentos sociais negros com diferentes vertentes e atores diversos enquanto resistência à discriminação e busca pela equidade de direitos de forma plena para além do contido na legislação. Destaca-se que ainda assim as diferenças persistem, evidenciando que os esforços de universalização das políticas públicas não se mostram suficientes quando se trata de combate às desigualdades raciais.

4 A UNIVERSIDADE NO PROCESSO DE INSERÇÃO SOCIAL DO JOVEM NEGRO

Este capítulo tem a função de apresentar os resultados da pesquisa a partir dos dados obtidos junto aos estudantes negros da Universidade Federal do Pampa – Unipampa, que compõem o grupo Niara. Delimitar-se-á de forma sintética seus perfis, constatar quais suas principais demanda quanto aos estudantes e quais as contribuições da universidade enquanto espaço de desenvolvimento dos sujeitos a partir das experiências que os mesmos vem vivenciado no âmbito universitário e social.

4.1 O contexto social dos jovens negros inseridos no coletivo NIARA

Educação é um processo não apenas de evolução intelectual como também de crescimento dos sujeitos como seres sociais. É o meio pelo qual se pode superar as desigualdades percebidas na sociedade, Carvalho (2005), percebe a escola como a instituição que seria capaz de superar as desigualdades sociais. Ressalta-se que:

(...) como uma instituição em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade. É por meio da educação que a cultura introjeta os sistemas de representações e as lógicas construídas na vida cotidiana, acumulados (e também transformados) por gerações e gerações (GOMES, 2003, p. 170).

Na pesquisa em questão o propósito reside em dar visibilidade a compreensão da universidade e seu papel enquanto estratégico nos processos de mudança social, bem como de diminuição das desigualdades sociais. Buarque, (1994) expõem que o papel da universidade seria gerar saber de nível superior assegurando assim o funcionamento da sociedade. Sendo este papel manifestado de acordo com o tipo de sociedade almejada. A educação empregada como sinônimo de escolarização tem um importante espaço no cotidiano dos indivíduos e cada vez mais cedo se tem a preocupação de ampliar cada vez mais os níveis de escolaridade. Questão que se estende ainda mais quando se discute características e histórico da população negra no Brasil. Porém é fato que a universidade quando

assume a educação de nível superior deve ter enquanto cenário não somente a capacitação profissional, mas o estímulo a um pensar crítico e propositivo que leve os sujeitos a se inserirem nos espaços de sociabilidade possíveis.

Embora o número de estudantes negros tenha crescido nos últimos tempos em virtude das políticas – ações afirmativas – que surgiram para colaborar com o desenvolvimento da população, ainda assim são poucos os estudantes negros nas universidades brasileiras. De acordo com os últimos indicadores divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2004, 16,7% dos estudantes pretos ou pardos estavam em uma faculdade, já em 2014 o percentual cresceu para 45,5%. Quanto aos estudantes brancos em 2004, eram 47,2% frequentavam o ensino superior, já em 2014 este índice cresce para 71,4%.

Santos (2011) problematiza que as crianças e jovens negros começam a trabalhar mais cedo comparativo aos brancos, visto a necessidade de ajudar nas despesas da casa, o que dificulta a inserção no ensino superior pela indisponibilidade de tempo e em muitas vezes não despertar o interesse deste jovem que entende que seu contexto de vida exige um trabalho de imediato que lhe traga um rápido retorno financeiro.

Os sujeitos representam o mundo que os cerca e representam-se neste mesmo mundo. São tecidas formas de apreensão e interpretação das informações que circundam e edificam o contexto no qual os grupos sociais inserem-se, transitam e constituem-se sujeitos (SANTOS, 2011, p.19).

Em conformidade com as informações obtidas na primeira fase da pesquisa onde se disponibilizou questionários aos quarenta e quatro membros do coletivo Niara, através de um grupo do mesmo em uma rede social, onde retornaram vinte e um questionários – portanto amostra significativa de retorno –. Pode se definir minimamente o perfil destes jovens negros que fazem parte do quadro de alunos da Universidade Federal do Pampa - Unipampa Campus São Borja.

O Niara trata-se de um grupo de disseminação da cultura negra da Universidade Federal do Pampa - Unipampa. Fundado em dezembro de 2014, o coletivo tem a finalidade de reunir os estudantes negros, para que eles possam se conhecer, dividir conhecimentos, experiências bem como tem o propósito de fortalecimento intelectual e de formação de identidade dos alunos negros que fazem parte do quadro discentes da universidade. O grupo realiza encontros para diálogos

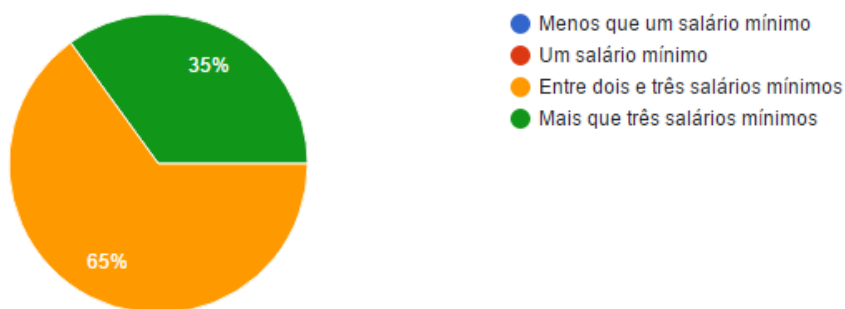
entre os integrantes para que em consequente seja levado o conhecimento aos demais as ações e debates gerados.

Constatou-se que a média de idade dos alunos dos quais responderam o questionário é de aproximadamente 24 anos, sendo o mais jovem com dezoito anos e o mais velho com trinta e um anos de idade. O que permite analisar o quanto isto pode estar ligado as dificuldades que o jovem negro encontra, quanto a precarização da educação, trabalho e em seu contexto familiar fazendo com que adie a sua inserção na graduação e por este motivo idade dos jovens mostra que muitos não ingressaram após terminar o ensino médio.

Dentro do grupo pesquisado, ainda que um grande número origine-se de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo entre outras cidades que fazem parte dos estados da região sudeste, em sua maioria os estudantes vem de cidades do interior do Rio Grande do Sul. O que evidencia a dificuldade que ainda há de deslocamento dos jovens para locais que possuam os cursos de seu interesse, a viabilidade de poder cursar a graduação em universidades que encontram-se distantes de suas cidades. Assim a Unipampa vem atuando como alternativa ao acesso ao ensino superior no interior do Estado.

A opção por um curso mais próximo de casa pode ser reflexo da situação financeira da maior parcela da população negra brasileira, que encontram-se na maior parte periférica e ainda nos tempos de hoje ocupando os cargos subalternos e de menores salários. Entendendo-se assim que uma família que se encontra nessa realidade não disponibiliza de recursos financeiros para subsidiar os estudos de seus filhos em outras cidades. Paula (2011) alega que no Brasil existem grandes desigualdades com relação ao acesso à educação superior, tanto no que diz respeito ao aspecto socioeconômico e origem social dos estudantes, quanto à raça dos mesmos.

O gráfico a seguir reproduzido é a síntese dos dados coletados durante a pesquisa referente a renda familiar do grupo pesquisa, dito isto, o gráfico apresenta-se em quatro divisões: menos que um salário mínimo, um salário mínimo, entre dois e três salários mínimos e, mais que três salários mínimos.



(FONTE: gráfico de autoria da pesquisadora, elaborado a partir dos dados da pesquisa).

A renda da família de grande maioria dos estudantes estipula-se entre dois a três salários mínimos. Quando considerado que todos os entrevistados têm em sua estrutura familiar de dois integrantes acima, sendo as famílias dos discentes negros do coletivo minimamente formado por três membros, a renda torna-se limitada, definindo os estudantes como oriundos de famílias de classe média baixa.

Esses fatores de renda e composição familiar são particularidades que condicionam a presença dos jovens negros na universidade. Como nos traz Santos (2011), a condição de discriminação a que os negros estão expostos na nossa sociedade é melhor compreendida se analisada a dificuldade que eles encaram para ter acesso aos direitos sociais básicos, como educação e trabalho. Como se pode ver, o atraso social, herança da população negra, tem reflexos até os dias atuais, não deixando de fazer parte dos discentes da Unipampa.

A realidade dos jovens negros, estudantes da Unipampa, membros do coletivo que participaram da pesquisa são de famílias que provem de um contexto social em que, 45% tem como composição familiar pais separados e viúvos, sendo suas famílias monoparentais formadas em grande maioria também por avós e irmãos. Ainda, 55% dos alunos declaram através dos questionários que seus pais são casados, assim a composição familiar da maioria dos alunos é constituída por pai, mãe e irmãos. O que se repete em ambas as situações é o nível escolaridade, em que muitos membros da família possuem o ensino médio completo. Porém no total de familiares, somente um dos membros possui graduação, o que perpetua a ideia de que ainda é limitado o ingresso e conclusão o ensino superior aos negros.

Outro fator a ser destacado por Bento (2000) é o fato de que os chefes de família homens e mulheres, negros(as) participam ativamente do mercado de

trabalho que os brancos. Porém em condições mais precárias, com jornadas de trabalho maiores e remuneração em desvantagem comparando-se aos salários dos brancos, além do período de desemprego da população negra ser maior.

O que reflete na escolaridade entre negros e brancos e na manutenção de que os membros destas famílias tenham um maior nível de formação. Bento (2000), narra que quando se fala em rendimento escolar, as diferenças entre negros e brancos crescem à medida que aumenta a escolaridade. De outro modo, expõem que é menor o retorno do investimento em educação para os negros, minimizando o interesse dos jovens negros em cursar uma universidade.

Ainda é menor a probabilidade de um jovem negro garantir uma vaga na universidade quando se leva em conta a qualidade de ensino a qual esses jovens têm acesso nos níveis fundamentais e médio. Conforme Paula (2011), o sistema educacional é excludente desde os níveis básicos de ensino. As diferenças na conclusão do ensino médio por setor social são esmagadoras. Na educação superior, o quadro de desigualdade se perpetua, havendo uma nítida relação entre renda familiar e possibilidades de acesso ao ensino superior, acrescentando a desigualdade social no nível de acesso à educação superior no Brasil relacionada inclusive a questão racial.

Destaca-se que 95% dos jovens do coletivo estudaram em escolas públicas durante o ensino fundamental assim como 89,5% dos entrevistados cursaram o ensino médio em escolas públicas. Quanto a ter a oportunidade de frequentar um cursinho pré-vestibular apenas 35% afirmou ter a possibilidade de estudar em cursinhos em quanto 65% declarou não ter a mesma oportunidade. Embora o fato de terem cursando ensino público não deponha contra a qualidade do ensino recebido é fato que a renda acaba determinando espaços e acessos.

Indica-se que 50% dos partícipes alegaram ter trabalhado antes de ingressar na universidade o que se entende que metade dos pesquisados não puderam dedicar-se inteiramente aos estudos durante período escolar. Mesmo que se tenham ações e políticas para abrandar esse atraso da população negra como as cotas e ações afirmativas, criadas para garantir defesa do acesso e democratização do processo de recrutamento e seleção no ensino superior ainda assim há aqueles que ficam fora da universidade. Destaca-se que 60% dos pesquisados ingressaram na Unipampa por ações afirmativas tal qual o mesmo percentual declarou receber bolsa permanência.

Componente importante no processo de inclusão na educação superior é o desenvolvimento de programas de assistência estudantil. Muitos estudantes dependem destes programas para moradia, alimentação, deslocamento de casa para a universidade, compra de livros, etc. Esses programas estão presentes em grande parte das instituições de ensino superior públicas, o mais antigo dos quais está completando 80 anos. As avaliações realizadas indicam que eles produzem bons resultados no que diz respeito à garantia de permanência e a conclusão dos cursos (PAULA, 2011, p. 240).

Isto é, promove o amparo aos acadêmicos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, assistindo ao ingresso na universidade visando garantir a permanência durante a graduação. Assegurando aos alunos dedicar-se prioritariamente aos estudos, já que prevalecem os cursos diurnos e de período integral, o que impossibilitaria os alunos estudarem e trabalhar ao mesmo tempo.

Pode se relacionar a permanência dos entrevistados ao fator da disponibilidade de dedicar-se exclusivamente aos estudos, pois foram predominante os alunos que declararam não conciliar trabalho com estudos, mesmo que 55% dos discentes participe de projetos, bolsas de pesquisa, ensino ou extensão que em sua maioria viabiliza remuneração o que também complementa a renda dos alunos, 85% dos acadêmicos afirmaram não trabalhar durante o período da graduação. Sendo pela dificuldade conciliar estudos e trabalhos ou pela falta de vagas no mercado de trabalho que tenham a flexibilidade das quais os alunos necessitam, reflete-se que as bolsas são o única recurso que a maioria dos alunos participantes da pesquisa possui além da renda de suas famílias. Hasenbalg (1979) discute, que é na interrelação família, educação e mercado de trabalho que se define o lugar que as pessoas irão ocupar na hierarquia social. É aí que para a maioria dos negros e mestiços se estruturam as suas condições de exclusão e subordinação. Para este autor, a inserção e participação dos grupos raciais no mercado de trabalho têm papel determinante na alocação dos indivíduos na hierarquia de classes e estratos sociais.

Conforme Santos (2011), vincular educação e as relações etnicorraciais expõem que o negro brasileiro encontra obstáculos para construir uma identidade que o integre ao seu grupo de origem e à sociedade mais ampla, mostrando que é presente na sociedade a situação de desigualdade. O que coopera para a carência de representatividade. O principal motivo pelo qual os jovens negros procuram espaços como os coletivos e grupos de estudos quando ingressam na universidade, reside no fato de encontrar outros jovens negros que provem do mesmo contexto

social e que sofrem com as consequências do racismo. Esses espaços são importantes para fortalecimento de posicionamento político destes jovens e luta por visibilidade.

Pontua-se que 95% dos estudantes declarou através dos questionários não participar de outros movimentos sociais antes de ingressar na universidade, tal como 65% disse não participar de nenhum outro movimento além do Niara durante a graduação apenas 35% declarou participar de outros movimentos sociais, demonstra-se ai a importância do coletivo enquanto inserção em movimentos, coletivos, mobilizações, etc. Dados despertam a ideia de que os jovens negros ao ingressarem na universidade tem maior concepção e consciência das disparidades sofridas por esta parcela da população da qual eles fazem parte. Santos (2011) reconhece que, a afirmação e o esclarecimento quanto a própria identidade etnicorracial permite que o negro se munindo para situações que possa vir a ter que enfrentar, principalmente e em um contexto majoritariamente de pessoas brancas.

Diante das informações coletadas na aplicação dos questionários foi possível verificar que o perfil dos jovens negros estudantes da Universidade Federal do Pampa-Unipampa, é de jovens adultos que mesmo vindos de regiões, cidades e estados diferentes originam-se do mesmo contexto social em que predomina a população negra brasileira. Integrando os grupos sociais mais empobrecidos da população em função das construções do processo de trabalho, das proteções sociais e do desenvolvimento das relações sociais somando ao atraso social que é herança da população negra, estão sobretudo sujeitos aos processos de exclusão. Uma realidade que estabelece o fortalecimento das desigualdades sociais e manifesta a questão social que, segundo Iamamoto e Carvalho (1983), é o conjunto de expressões das desigualdades no capitalismo maduro.

Destaca-se que o capitalismo, é o sistema vigente na sociedade, responsável pela manutenção das desigualdades sociais, assim "a potência econômica da sociedade burguesa que domina tudo" (MARX, 1982, p. 19). Encarregado por desenvolver uma sociedade desigual, onde poucos possuem a riqueza material deste sistema enquanto a maioria mesmo que incumbidos de produzir esta riqueza não usufruem dela, vivem com dificuldades e possuem um grande esforço para desenvolver-se como sujeitos dentro da sociedade. Patrício, Sousa e Cavalcante (2013), reafirmam que o processo de exclusão social opera diretamente na construção de sujeitos invisíveis e marginalizados pela sociedade, representados na

maioria das ocasiões por indivíduos que suportam uma realidade precária, em que são privadas de direitos e proteção social.

A realidade em que predomina a população negra brasileira – como pôde-se ver no decorrer do trabalho –, retrata atraso no desenvolvimento social dos negros surge junto com os negros no Brasil, onde foram forçados a trabalhos precários, humilhados e forçados a aceitar uma cultura a qual não se identificavam. Isto é “a inferioridade que adquirem esses componentes étnicos na nossa sociedade está relacionada à sua forma de incorporação brusca, sem preparo algum” (SILVA, 2008, p. 34). O processo de evolução deste sistema econômico e político que é o capitalismo só veio a agravar a exclusão do negro diante da sociedade.

Ainda nos dias atuais é possível verificar que os cidadãos negros são a principal parcela da população que sofre com desigualdade social. Como explica Salles (2014), viver em determinado espaço e fazer parte de um grupo social tem implicações sociais e pessoais que interferem na inserção social dessa população. lamamoto (2012) compreende a questão social como “um conjunto de desigualdades econômicas, políticas e ideoculturais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, formações regionais, colocando em causa amplos seguimentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização” (2012, p. 160). Entre inúmeras das expressões da questão social que atingem a população negra dentro do estudo pode-se ressaltar que precarização do trabalho, a violência, o preconceito e a fragilidade do ensino são os principais fatores que influenciam na inserção da universidade e que esta inserção em si pode intervir, agir e modificar.

Como traz Paula (2011), a educação independe dos níveis, em conjunto com o estado e sociedade tem a incumbência de criar ações e esforços visando superar não somente os problemas de analfabetismo, evasões, repetências e das faltas de vagas, mas também vencer as carências culturais familiares, os preconceitos, as precárias condições de escolarização de muitos jovens e preocupar-se com o crescimento desses como sujeitos. Desta forma, é papel da universidade buscar e promover mudanças na percepção dos indivíduos, fortalecendo valores democráticos e uma visão de direitos humanos que trate a todos com igualdade. Conforme Santin (1988), pensando na realidade da sociedade nos dias atuais, a universidade deve ter como principal objetivo uma educação que proporcione uma

maior participação cultural e política dos sujeitos em sociedade, não focando apenas na profissionalização como objetivo principal e muito menos único.

A expansão das possibilidades de acesso ao ensino superior para os negros propiciaram transformação no perfil dos alunos universitários, causando mudanças estéticas, representativas e permitindo a discussão acima da implementação e reafirmação da diversidade étnico racial e cultural dentro das instituições de ensino. Assim, ampliado à qualidade nos processos de ensino leva-se em conta as singularidades de grupos sociais e culturais, como modo de evitar os elevados casos de evasão.

Um dos principais fatores que contribui para a manutenção e viabilidade do ingresso do negro na universidade bem como contribui para a superação da exclusão fruto do racismo presente na sociedade são as políticas de ações afirmativas. Em conformidade com Guarnieri e Silva (2007), entende-se as ações afirmativas como medidas com caráter social objetivando a democratização do acesso em meios fundamentais como emprego e educação, visando garantir condições para que todos na sociedade possam disputar de maneira igualitária por posição nestes espaços. Destaca-se que:

As ações afirmativas são políticas que acenam com a possibilidade de combate às práticas racistas e discriminatórias, que segregam os negros destituindo-os do gozo da plena cidadania. São, assim, políticas que pretendem promover a ressignificação de ser negro, a partir da perspectiva da negritude (SANTOS, 2011, p.80).

Assim as ações afirmativas podem funcionar como mecanismo de ascensão e emancipação econômico e social por meio da qualificação e formação profissional através de graduação tal como pela expansão de possibilidades de vagas e melhores cargos de empregos. Vagas de empregos estas que são reivindicadas embasadas na Lei 12.990/2014 de nove de junho de 2014 que reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Constitui ação de extrema relevância ampliar as políticas de inclusão e democratização racial para que não se limite tão somente ao acesso ao ensino superior. Pois a exclusão dos negros não limita-se a educação, mas a imposição de

limites a participação de sujeitos, portanto em todos os níveis de ensino é importante que também se garanta a participação enquanto agentes políticos e representativos, assim garantindo maior participação da população negra na sociedade. Destaca-se que:

Se é certo que a desigualdade racial no Brasil reflete, em grande parte, a falência da cidadania – ou seja, a insuficiente abrangência das políticas públicas – é também certo que uma possível universalização não eliminaria por completo as desigualdades raciais. Se é certo que a ação afirmativa não é um princípio de política capaz de universalizar a cidadania para a massa, é também certo que é o único princípio capaz de, no curto e médio prazos, possibilitar a ‘des-racialização’ de elites meritocráticas, sejam elas intelectuais ou econômicas (GUIMARÃES, 1997, apud, GUARNIERI e SILVA, 2007, p.135).

Dessa forma, as políticas de ações afirmativas de cotas raciais são um instrumento de evolução na promoção de igualdade, promovendo o combate a praticas racistas e discriminatórias que isolam e marginalizam o negro e deste modo o privando de usufruir de sua plena cidadania. Sendo este também papel fundamental da educação na vida dos sujeitos.

A educação representa, dentre outras coisas, uma possibilidade de integração geracional às novas condições de um mundo que se configura em processos exponenciais de mutação. Ela é o principal instrumento de adaptação às novas situações de um meio social violentamente dinâmico e que, por isso, exige constantes e ininterruptas conformações dos seres humanos, sob pena de, assim não agindo, correremos o risco de não percebermos espaços e situações de vida boa existentes no mundo contemporâneo. Neste sentido, a educação é tão relevante que ao seu sucesso ou insucesso está ligado e dependente o crescimento ou ruína de uma civilização (SANTOS, 2007, apud, RODRIGUES e PEREIRA, 2013, p.131).

Conseqüentemente ações afirmativas fazem parte deste processo de integração que está ligado à educação. Santos (2011), trata que as ações afirmativas para negros no ensino superior estão consolidadas assim como a educação na luta pela emancipação socioeconômica, por intermédio da formação de profissionais capacitados para desempenhar papéis de grandes posições no mercado de trabalho, incorporado a promoção de diálogo entre diferentes culturas em espaços profissionais, promovendo a participação dos negros num contexto

onde antes eles estavam ausentes, possibilitando o fortalecimento da identidade étnico racial negra.

4.2 As contribuições da universidade para inserção social dos jovens negros na sociedade

A universidade não é apenas uma instituição de formação e produção de conhecimento com objetivo de qualificação profissional, como também é um espaço que visa o desenvolvimento humano. Chauí (2003), a define como uma instituição social que expressa a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade. Além da construção de saberes a universidade tem papel transformador nos sujeitos e na sociedade, pois a educação é um dos principais instrumentos capazes de promover a ascensão social, econômica e a construção dos sujeitos.

Quando questionados sobre quais as mudanças que seu ingresso na universidade lhes proporcionou em seu contexto social, prevaleceu na fala dos alunos que participaram do grupo focal a visão de que além de lhes possibilitar a construção de saberes, novos conhecimentos e uma profissionalização de nível superior foi também a ferramenta que lhes oportunizou um pensamento crítico quanto ao seu lugar na sociedade e lhes trouxe um posicionamento político quanto ao ser negro.

Com o ingresso na universidade, tive contato com diversas culturas e obtive um maior senso crítico em buscar conhecimentos que me proporcionaram maior consciência do meu lugar social, reconhecimento e busca de minha identidade e direitos enquanto mulher e negra (Mahin³).

A inserção na universidade conduziu a um maior desenvolvimento dos alunos como sujeitos, os alunos reconhecem que antes da graduação não possuíam um posicionamento quanto sua própria herança e cultura, e não reconheciam o preconceito e a exclusão que lhes era atribuída. A maioria afirmou que fatores como raça, etnicidade e identidade não eram elementos tão presentes em seu contexto social.

³ Sujeito A- Luiza Mahin, rebelde negra que tornou sua casa quartel general das principais revoltas negras que ocorreram em Salvador em meados de século XIX. Participou da última grande revolta de escravos ocorrida na capital baiana em 1835, a Grande Insurreição, a Revolta dos Malês. Disponível em: <http://criola.org.br/?page_id=430>

Eu acho que a universidade traz algo positivo, por que é o momento que tu começa a te enxergar e te reconhecer como negro e digo como negro num posicionamento político. Tu tem a oportunidade de participar de espaços e discussões que te fazem começar a entender melhor todo esse contexto. E nos trouxe posicionamentos que eu pelo menos não tinha antes da universidade (Dandara⁴).

Afirmaram ser a universidade a oportunidade de frequentar espaços de construção reflexão que lhes concedeu maior entendimento e percepção de quem eles eram, assim com instigou a ir atrás de conhecer sua própria história e através dela se afirmar como negro. Assim,

[...] a relação entre trabalho, educação e relações etnicorraciais demonstra que o negro brasileiro encontra dificuldades para construir uma identidade que o integre ao seu grupo de origem e à sociedade mais ampla, salientando a situação de desigualdade que se faz presente em nossa sociedade (SANTOS, 2011, p.18)

Nesse sentido a educação ou a inserção no meio educacional pode estimular o reconhecimento indenitário de determinados grupos. Como pode-se perceber na fala de Tereza⁵,

Pra mim assim a universidade trouxe muita mudança, no sentido de que eu me desconstruí totalmente. Em vários sentidos, eu vejo que hoje em dia eu enfrento com mais propriedade as situações, acho que a faculdade nos traz uma maior apropriação política de quem a gente é, de ser negro. E sabe que eu senti que depois de entrar na universidade eu conheci melhor a história do negro, quando eu entrei no Niara e fui em dois encontros, nossa eu fiquei até com vergonha, eu vi que o pessoal tem muitos mais conhecimento que eu. Mas não ruim, isso me instigou a ir atrás. Me fez perceber que eu não sabia minha própria história, que eu entrei na Universidade sabendo muito pouco da nossa história.

Percebe-se assim que mesmo que de forma indireta a universidade é uma importante ferramenta de reconhecimento etnicorracial, assim como pode estimular

⁴ Sujeito B- Esposa de um dos grandes líderes das revoltas no período escravista, Zumbi dos Palmares, Dandara dos Palmares, lutou com armas pela libertação total das negras e negros no Brasil, conduzindo mulheres e homens na luta pela liberdade. Grande referência de mulher negra que não seguia os padrões de gênero que ainda hoje são impostos às mulheres. Disponível em: <<http://nossacausa.com/negros-no-brasil-quem-foi-dandara-dos-palmares/>>

⁵ Sujeito C- Conhecida como “Rainha Tereza” liderou o Quilombo de Quariterê após a morte de seu companheiro. Teve grande destaque pela criação de um parlamento responsável por um sistema de defesa e sobrevivência estabelecido em seu quilombo, organizado pela plantação de alimentos. Disponível em: <<http://vivafavela.com.br/29tereza-de-benguela-uma-heroina-negra/>>

o reconhecimento dos sujeitos enquanto detentores de direito, quando esta possibilita a junção de ideias, abertura de diálogo.

A condição de estar num espaço como a universidade pode ser vista como uma forma de enfrentamento a condição e colocação designada ao povo negro na sociedade. Como fica evidente na fala de Mahin:

Com certeza, negras e negros ainda são as pessoas com menor grau de escolaridade no Brasil, estas, ingressando e permanecendo nas universidades é uma forma de afirmar mais um de nossos direitos que por muito tempo nos foi negado.

Pôde-se analisar que na percepção dos discentes que fizeram parte da pesquisa o reconhecimento da influência da universidade para a sua realidade e sua construção pessoal, quanto a sua apropriação cultural, reconhecimento, na luta pela garantia de seus espaços e direitos. Motivando que eles reivindiquem pela sua participação em todos os espaços da sociedade da qual o negro é privado.

Contudo, ainda que possua este papel social este processo quando em conflito com a realidade dos sujeitos pode-se suceder lentamente ou ser ineficiente. Este desenvolvimento da identidade ocorre de forma lenta para que os negros e negras tenham o esclarecimento necessário para o devido enfrentamento das situações que possam surgir, principalmente quando integram um contexto onde eles representam a minoria. O que se constata na fala de Zumbi⁶

Eu acredito que foram grandes mudanças só que só subjetivamente, a apreensão que a gente tem aqui sobre vários temas, e sobre tudo sobre o tema da negritude muda a nossa forma de ver o mundo como um todo. Mas o espaço em si, a universidade nesse ponto especialmente o meu curso, não nos levou muito para esse lado. Não contribui muito, não trabalha questão do negro, a maioria dos colegas são brancos eles não se questionam quanto a isso, é algo que a gente tem que ir por conta, que a gente vai vendo e vai se questionando. Lendo um texto aqui vendo um colega falando sobre o assunto lá.

Assim como afirma Teixeira (2013), ao mesmo tempo em que o ensino superior concebe uma importante ferramenta ascensão social do negro, em um contexto acadêmico prioritariamente branco não se encontram as ferramentas

⁶ Sujeito D- Zumbi dos Palmares, considerado um dos grandes líderes na luta contra a escravidão. Ícone da resistência negra à escravidão, liderou o Quilombo dos Palmares, comunidade livre formada por escravos fugitivos das fazendas no Brasil Colonial. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=8192>

necessárias para possibilitar e colaborar com a integração e adaptação do negro, de forma que lhe seja capaz atuar por completo neste ambiente, nos demais espaços e futuramente no espaço de atuação profissional.

De acordo com Santos (2011), os indicadores sociais relativos à educação e as relações de trabalho no Brasil indicam que as desigualdades são ainda mais críticas quando observado sobre a ótica étnico-racial. O que fica evidente na reflexão dos participantes, pois mesmo reconhecendo as mudanças que a inserção no ensino superior trouxe para suas vidas, e quanto à inserção da população negra é importante num espaço de desenvolvimento como a universidade para afirmar a participação dos negros na sociedade, eles ainda fazem o questionamento de que fatores como identidade e apropriação política de se reconhecer negro não serem ainda o suficiente para que se sintam inseridos na sociedade. Assim veem a universidade contribuindo na sua formação crítica de pertencimento social, o que os leva a ter maior consciência da espaço que os negros e negras ocupam na sociedade e como se colocar quanto a essas limitações, porém destacam ainda a fragilidade do reconhecimento coletivo no grupo de negros e brancos quanto a importância do discussão do tema.

Indicam que após finalizar este período de graduação o ser portador de diploma não lhes torna totalmente capaz de conquistar espaços, cargos e posições. Mesmo reconhecendo que qualificação profissional lhes auxiliará a conseguir uma vaga de emprego quando em confronto ao padrão que o mercado exige acreditam que não será o suficiente para garantir que serão eles a conseguir a vaga.

Eu acho que nos possibilita no sentido de conseguir um trabalho melhor, uma qualificação, mas isso não é garantido também né. O diploma depois que a gente sai da universidade é só um papel, e numa sociedade é tão racista não vai fazer diferença, na disputa de uma vaga entre um branco e um negro vão olhar para a nossa pele e vão continuar nos discriminando. É pesado pensar assim mas eu tenho as minhas dúvidas, eu acredito que amplia as possibilidades, elas são melhores mas com muita luta, vai ser sempre com muita luta (Zumbi).

Sabe-se que o a situação do mercado de trabalho é ainda mais escassa quando se fala de vagas disponíveis aos jovens. Atualmente ter cursado ensino superior não garante acesso ao trabalho, à lógica de possuir um diploma se o diferencial hoje em dia tem-se como pré-requisito. E quando se associa o fator de falta de vagas aos jovens negros encontra-se uma realidade ainda mais crítica.

Concepção esta que se encontra na reflexão dos alunos, visto isso na fala de Dandara:

A universidade não vai destruir isso de um dia para o outro, não é porque eu sou uma negra desconstruída e com apropriação que agora eu vou me inserir no mercado de trabalho e conseguir o mesmo emprego que ali o moço branco do olho azul. A gente tem mais consciência, eu mesma agora tinha conseguido entrar para uma seleção para um estágio. Mas tinha na minha cabeça, já vai sabendo que é um espaço muito conservador. É bem provável que essa vaga vá para uma das outras meninas, que é mais padrão. Teu cabelo não é apropriado, tua imagem não é a correta.

Santos (2011) retrata as circunstâncias de conseguir uma vaga de emprego relacionada às triagens para selecionar pessoas que mais se encaixam no “perfil” de profissionais desejado, e designados pelas empresas. Que prioriza neste perfil as características que melhor se ajustam aos padrões de mercado.

Os critérios utilizados para traçar esse perfil são de domínio dos responsáveis dos setores de recursos humanos por recrutar e selecionar profissionais. Uma vez que esses perfis são delineados por pessoas, de acordo com as tendências ditadas pelos grupos sociais dominantes, eles são passíveis de sofrerem inúmeras interferências de crenças, conceitos e preconceitos. Portanto, é possível notar a existência de uma problemática quanto ao acesso à educação e ao trabalho em nossa sociedade (SANTOS, 2011, p.13)

Por esta interferência e crenças conceitos e preconceitos que está enraizado na sociedade e mercado de trabalho que pode-se afirmar a visão dos estudantes na qual não se sentem confiantes com a ideia de que somente o ensino superior será o responsável pela conquista de uma vaga de emprego.

Eu acredito que isso é um movimento que a gente tenha que fazer todos os dias. Em que a sociedade tá ali todos os dias tentando nos colocar para baixo e a gente tem que estar sempre tentando manter a auto-estima e se reafirmando, mantendo o nosso reconhecimento e identidade, isso já naturalizado, toda essa desigualdade e esse racismo (Zumbi).

As circunstâncias em que os jovens ingressam na universidade confrontam-se com inúmeros desafios pessoais, interpessoais, familiares e institucionais necessita de uma análise mais atenta por parte da universidade. Quando incentivados a refletir sobre este fator sobre o questionamento de quais as ações que a universidade deveria realizar para colaborar para a inserção social do negro, os participantes

argumentam quanto a importância de se ter espaços de protagonismo dos estudantes negros, e espaços onde eles possam ter voz. Deve ser permitido que negras e negros tenham liberdade para criação de ações que envolvam além da comunidade acadêmica a sociedade em geral. O que nota-se na reflexão de Tereza

Eu acho que universidade deveria participar mais das ações que são só do Niara, que são só dos estudantes. Ter ações próprias também sei lá, até mesmo fazer uma festividade, isso fica só a critério dos alunos, eu acredito que a universidade não dá visibilidade ao tema.

Ficou muito presente a necessidade da representatividade, de poder se reconhecer nos colegas em sala de aula e professores.

Eu quero mais professores negros, eu quero ver gente com a qual eu consigo me identificar, entendeu? Eu quero olhar para um professor e dizer é, tu. Esse é o ser humano que eu quero me espelhar e ser! Não temos isso aqui, temos dois professores negros no meu curso e é tipo, escolhe qual dos dois, quero poder chegar no meu TCC e escolher um professor que sim eu escolhi porque ele é negro e entende do que eu estou falando mas não só por isso, também porque é área que ele estuda. Temos muitos professores que não são negros e são capazes, mas não tem o reconhecimento à empatia sobre aqueles teus questionamentos (Dandara).

Destaca-se que a categoria representação emerge quanto a maneira de como negro se enxerga e é visto na sociedade, assim como se reconhece nos sujeitos a sua volta, destaca-se que desde o período da colonização a construção da imagem ideal do sujeito desenvolveu-se com a concepção e padrão da sociedade europeia burguesa. Ainda na atualidade este padrão é o que prevalece, nas escolas, mercado de trabalho, como também na mídia e mercado de consumo, ferramentas de disseminação de ideias, preceitos, estereótipos e padrões ainda constituem hegemonia em um cenário capitalista de discriminação e desigualdade. “Representações são construções sempre ligadas ao lugar a partir do qual os sujeitos representam, estando, portanto intimamente determinadas por identidades, interesses e lugares sociais” (GUARESCHI, 1999 apud SANTOS, 2011, p.75). Destaca-se que:

As representações sociais emergem, portanto, não apenas como um modo de compreender um objeto particular, mas também como uma forma em que o sujeito (indivíduo ou grupo) adquire uma capacidade de definição, uma função de identidade que é uma das maneiras como as

representações expressam seu valor simbólico (DUVEEN, 2004, apud, SANTOS, 2011, p. 76).

Nesse sentido, reside à importância da representatividade enquanto fortalecedora da identidade individual e coletiva. É fato que na maioria das vezes o negro ao encontrar uma pessoa com o mesmo tom da sua pele em um papel de destaque, geralmente sente-se acolhido em um espaço em que se encontre entre iguais, pois se pressupõe que tratam-se de pessoas que tenham visão e compreensão de situações de discriminação por se encontrarem na mesma situação social. Tem-se o entendimento que tendo esta representatividade o jovem negro se sentirá motivado a assumir “o que é”, sua cultura e etnia. E, assim começa a dizer o que pensa, começa a lutar para que haja alguma mudança em seu contexto com o objetivo de construir seu espaço e diversidade, “Sentir-se negro, assumir-se como tal, valorizar sua ancestralidade africana, são atitudes essenciais para a promoção da ressignificação e da alteração do imaginário social sobre ser negro” (SANTOS, 2011, p.74-75).

A representação é importante para o desenvolvimento destes alunos como sujeitos, pois enxergar seus semelhantes presentes nos mesmos espaços é fundamental para vislumbrar a integração deste grupo na sociedade. Assim expressa-se que:

[...] a realidade social é constitutiva de identidades por meio das representações sociais. As disparidades sociais verificadas entre brancos e negros influenciam o modo como o negro posiciona-se diante do mundo que o cerca e influenciam na maneira como ele se relaciona com seu grupo étnico racial e com os demais grupos sociais e a forma como enfrentam o preconceito racial (SANTOS, 2011, p. 19).

Deste modo pode-se compreender o fundamental amparo da Universidade para que não se faça distinção de etnias, culturas e grupos sociais. Pois como já citado os espaços de educação como a universidade não tem apenas o papel de passar e construir o conhecimento. Conforme a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de 1.996, pode se reafirmar o papel social da educação, no artigo 1º, onde destaca que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1988, n.p).

No artigo 2º, afirma-se que “a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, que possui como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, n.p).

Os estudantes negros, além de todos os desafios explicitados acima, enfrentam muitas outras consequências do racismo, preconceito e diversas experiências discriminatórias. Ao mesmo tempo que a realidade das pessoas brancas encontra-se numa posição onde não precisam refletir quanto sua branquitude, Os negros precisam reafirmar sua negritude a todo momento, que se nota são inúmeros mecanismos discriminatórios que asseguram ao homem branco a manutenção de sua posição privilegiada. Paula (2011), declara que o combate ao fenômeno da exclusão deve abranger esforços simultâneos do Estado, da sociedade em geral e das escolas de todos os níveis, com o intuito superar os problemas relacionados a precarização da educação assim como de ordem de desenvolvimento dos alunos como sujeitos sociais.

Qualquer discussão que se faça quanto aos direitos da população negra não se pode deixar de relacionar ao movimento negro. Para Gohn (2008), os movimentos sociais são uma expressão social coletiva a qual resulta de lutas sociopolíticas, econômicas ou culturais. Sendo sua identidade formada a partir de sua demanda. Assim os movimentos sociais formam redes de mobilização nos mais diversos meios para estabelecimento de articulações para reivindicar e indagar quanto a conjuntura política, econômica e sociocultural do país. Os movimentos sociais são parte importante para a garantia de direitos, grupos de pessoas, reunidos por um ideal comum. A história dos movimentos sociais ligados a negros demonstram quantas bandeiras de lutas foram conquistadas a partir de um coletivo que por décadas busca igualdade e reconhecimento da dignidade humana.

Quando se fala de movimento negro precisa-se entender que a militância negra provem desde as lutas no período escravista e vem se estruturando a partir deste período, no combate das dificuldades deste grupo no período pós-escravagista, da desigualdade social entre negros e brancos e das restrições sofridas em decorrência do preconceito racial. Baseado nas problematizações de Trapp e Silva (2010), dentre as principais lutas do movimento negro nos dias atuais busca-se compensação por todos os anos de trabalho forçado e à falta de inclusão social após esse período, a falta de políticas públicas destinadas a maior presença

do negro no mercado de trabalho e nos campos educacionais. Também, a efetiva aplicabilidade das leis que buscam a criminalização do racismo e a plena aceitação e respeito à cultura e herança histórica.

Quando relacionado à educação as principais reivindicações são quanto espaço e oportunidades para os jovens negros. As ações afirmativas é uma das principais bandeiras do movimento negro:

A questão das cotas e, de forma mais ampla, das ações afirmativas é, com certeza, uma novidade com um vasto potencial de mudança social, que incide não apenas sobre as possibilidades de estudo e trabalho de afrodescendentes, mas sobre as representações que a sociedade brasileira produz sobre si mesma, em especial as camadas média e alta, pouco acostumadas a conviver de forma igualitária com pretos e pardos. (ALBERTI; PEREIRA, 2006 apud, TRAPP; SILVA, 2010, p. 95-96).

Compreendendo isto, é importante mencionar que mesmo tendo uma trajetória árdua, no sentido de lutar pelo que lhes é de direito. O negro por muito tempo foi invisível na sociedade brasileira quando se fala em direitos. No entanto. Essa realidade, no que diz respeito ao ensino superior, bem como seu lugar na sociedade tem- se mudado. A representação do negro no ensino superior tem sido um grande avanço para a sociedade brasileira. Estas inserções têm modificado de forma distinta a vida dos jovens negros, seja no contexto social, acadêmico e até mesmo profissional. A representação do negro no ensino superior tem sido impactante, tanto no seio social, quanto no profissional e na construção e consciência dos mesmos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou colaborar com o entendimento de quais as contribuições e influências que o ingresso e permanência na universidade trouxeram aos estudantes negros da Universidade Federal do Pampa- Unipampa, quanto a educação, mercado de trabalho, nas relações e demais espaços sociais. Levando-se em conta as diferenças étnico-raciais e socioeconômicas atribuídas a população negra.

Primeiramente revelando a função da escravidão na história do país e da população negra. Que foi responsável por criar uma hierarquia social, prevalecendo à cultura religião e estrutura e um grupo e excluindo o contexto dos grupos mais fracos. “A escravidão deixava claro qual era o papel de cada grupo dentro da hierarquia social, inibindo aspirações maiores de ascensão e mobilidade” (MARTINS, 2009, p.21). E no momento em que o sistema escravagista deixou de imperar no Brasil, foi que as teorias raciais começaram ser implantadas no país.

Teorias racistas, que pôde-se ver ao decorrer do trabalho, acompanharam o crescimento do país, e assim criaram uma sociedade excludente e seletiva. As barreiras sociais que se ergueram para os negros têm consequências que se perpetuam até os dias atuais, definindo o lugar do negro nos grupos sociais mais empobrecidos da população, em função da degradação das relações de trabalho e das proteções sociais, onde estão particularmente sujeitos aos processos de exclusão. Processos estes que são intensificados quando se fala dos jovens. São diversos os espaços sociais que são responsáveis pela manutenção raciais, porém no estudo definiu-se a universidade por ser a educação e todos os níveis de escolas uma das principais ferramentas de desenvolvimento dos sujeitos. De acordo com Hasenbalg (1995, p. 364).

(...) é na complexa interrelação família, educação e mercado de trabalho que se define o lugar que as pessoas irão ocupar na hierarquia social. É aí que para a maioria dos negros e mestiços se estruturam as suas condições de exclusão e subordinação. Para este autor, a inserção e participação dos grupos raciais no mercado de trabalho têm papel determinante na alocação dos indivíduos na hierarquia de classes e estratos sociais (HASENBALG, 1995, p. 364, apud, SANTOS, 2011, p.37).

Esse contexto de experiências e angústias dos negros é acompanhado de repercussões sobre a sua identidade étnico-racial e representações. Pois as instituições sociais tendem a manter a organização social vigente e pelos grupos sociais que dominam os meios de articulação social e hierarquia social. Através da pesquisa e da fala dos sujeitos pôde-se verificar a problemática de como a universidade vem contribuindo no processo de inserção social dos jovens negros na sociedade.

O estudo permitiu conhecer as características socioeconômicas dos estudantes, especialmente aquelas que dizem respeito à trajetória escolar e de trabalho, ainda que em ascensão social a realidade da população negra encontra-se à margem da sociedade, num processo de prejuízo social. Mesmo com o crescimento de políticas para amenizar as disparidades sofridas, os negros ainda lidam de privação de direitos. Constatou-se que a universidade auxilia na inserção social dos estudantes negros não apenas na formação e ao ingresso no mercado de trabalho, como também de forma indireta, na construção de identidade, em seu empoderamento e construção política.

Conforme Santos (2011), as representações sociais, enquanto produto social tem que ser sempre referidas às condições de sua produção. Uma vez produto social, as representações sociais só podem ser analisadas tendo como contraponto o contexto social em que emergem, circulam e transformam-se. Dentro desta perspectiva pode-se relacionar o tema de pesquisa aos profissionais do Serviço Social, quando estes assumem a necessidade de se analisar os conflitos étnicos raciais é preciso analisar totalidade de todos os fenômenos que implicam na exclusão do negro da sociedade.

Em resposta ao problema de pesquisa “Como a universidade vem contribuindo no processo de inserção social dos jovens negros na sociedade?” Problematisa-se que a colaboração da universidade se faz de forma direta quanto possibilita a oferta de ações afirmativas e indireta, ao garantir ao aluno espaços de reflexão e problematização, assim como quando incentiva ao aluno um posicionamento crítico, o que promove construção do próprio como indivíduo. Desta forma promove consciência política dos alunos mudando a forma como eles enxergam e colocam-se como negros, tendo uma maior percepção de sua história, cultura e realidade.

Apesar de as iniciativas de promoção da igualdade racial terem conquistado cada vez mais destaque e espaço dentro da instituição de ensino superior, pode-se analisar também que as ações voltadas para a inserção dos negros na sociedade ainda são tímidas para enfrentar o tamanho do preconceito existente na sociedade brasileira. Necessita-se de um maior comprometimento para que se alterem as condições de vida da população negra. Torna-se importante reconhecer quais as expressões que no cotidiano da população negra fazem a manutenção deste atraso social, pois:

Ainda continuamos a subdividir e segregar os seres humanos mediante sua tonalidade de pele, textura do cabelo, dentre outros atributos de ordem física e estética. Negar tal fato seria negar o racismo e os desdobramentos que este tem causado para uma parcela expressiva da população (GUIRALDELLI, ENGLER, 2008 p.258)

Desta forma relaciona-se a inserção do negro como demanda de atuação dos profissionais do o Serviço Social pela busca de igualdade nos diversos espaços sociais e políticas, na luta para que seja possível falar e acreditar numa igualdade, pois:

Urge o grande desafio de trabalhar com a alteridade na perspectiva de respeito à diversidade humana. Ademais, no que tange a presente discussão sob a ótica do Serviço Social, cabe considerar que tal profissão, resultante do trabalho coletivo que atua diretamente com as interfaces da questão social, busca o conhecimento no campo das Ciências Sociais, com vistas a diagnosticar uma determinada realidade e assim buscar ações efetivas no trato de questões que se referem ao “social” (GUIRALDELLI, ENGLER, 2008, p. 264-265).

Destaca-se que o código de ética (1993) dos profissionais do Serviço Social destaca em seus princípios a questão fazer parte das atribuições do assistente social o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. Tal como o exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia (org.) e Marcos Cardiulli. **Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020) : Projeto em tramitação no Congresso Nacional/ PL Nº 8.035/ 2010 – Brasília : Câmara dos Deputados , Edições Câmara, 2011. 106 p. – (Série ação parlamentar: nº 436).**

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. Uma história do negro no Brasil. **Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.**

BARBOUR, Rosaline. **Grupo focal.** tradução Marcelo Figueiredo Duarte; consultoria, supervisão técnica Leonardo Miletto Tonetto. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1995.

_____. **Análise de Conteúdo.** 6. ed. Portugal: Edições 70- Brasil, 2009.

BATISTA. Luiza. Helena. Candida. da Silva; CARVALHO. Simone. Aparecida. **A trajetória do negro no Brasil e a importância da cultura afro.** Alegre: FFCLA, 2009. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-trajetoria-do-negro-no-brasil-e-a-cultura-afro/37626/#ixzz4QLNjBz00>> Acesso em: 16 jul. 2016.

BENTO, Maria. Aparecida. Silva. **Ação afirmativa e diversidade no trabalho: Desafios e possibilidades.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

BRASIL. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp> Acesso em: 12 set. 2016.

BUARQUE, Cristovam. **A aventura da universidade.** 1 ed. São Paulo: Ed. da UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas.** Florianópolis: Insular, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: do que estamos falando?. **Revista Educação Especial**, UFSM. Santa Maria, n. 26, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4395/2569>> Acesso em: 24 ago. 2016.

CATANI, Afrânio. Mendes. O Papel da Universidade Pública hoje: Concepção e Função. **Jornal de Políticas Educacionais**. n. 4, p. 04-14, jul/dez, 2008.

CFESS. (1993). **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf> Acesso em: 15 out. 2016.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, set /out /nov /dez, 2003.

DESLANDES, Suely. Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

DUARTE, Eduardo de Assis. O bildungsroman afro-brasileiro de Conceição Evaristo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 305-308, jan./abr. 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOHN. Maria da Gloria. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 1. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Educação**, n.23, 2003.

GONÇALVES. Luiz. Alberto. Oliveira; SILVA. Petronilha Beatriz. Gonçalves. e. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, 2000.

GONÇALVES, Renata; AMBAR, Gabrielle. A questão racial, a universidade e a (in)consciência negra. **Revista pucsp Lutas Sociais**. São Paulo, v.19, n.34, p.202-213, jan./jun. 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1978. Disponível em: ><https://pt.scribd.com/doc/312411852/Antonio-Gramsci-Concepcao-Dialetica-da-Historia-pdf>< Acesso em: 8 out. 2016.

GUIMARÃES, Antonio. Sérgio. Alfredo. **Classes, raças e democracia**. 34. ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2002.

HADDAD, F. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programa**. Brasília: Ministério da Educação; Instituto de estudos e pesquisa nacionais Anésio Teixeira, 2008.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez Editora, 7ª Ed. 2012.

IBGE. Distribuição da população residente por cor ou raça (%) - Brasil - 2004/2014. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000024052411102015241013178959.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2016

IPEA, Situação social da população negra por estado. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Org). Brasília, 2014.

KONDER, Lenadro. **O que é Dialética**. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LUNA, Luiz. **O negro na luta contra a escravidão**. 1. ed. Rio de Janeiro: Leitura, 1968.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política, Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes**. São Paulo: Abril Cultural, "Os economistas", 1982.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. 1. ed. São Paulo: Veras editora, 1999.

MATTOS, Regiane A. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOITA, Lopes Luiz Paulo da. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: Resistência ao escravismo**. 1 ed. São Paulo: Ática, 1987.

MOURA, Glória. **Navio Negroiro-Batuque no Quilombo**. CNNCT. São Paulo, 1996

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Revista Estudos Avançados**, 2004. São Paulo, v. 18, n. 50, p. 51-66.

_____. O que é africanidade: **Revista Biblioteca Entre Livros: Vozes da África**, ed. Duetto, edição especial n.6, 2007.

MUNANGA, Kabengele; GOMES Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. 1. ed. São Paulo: Global, 2006.

PATRICIO, Carlos Marcelo Silva; SOUZA, Fernanda de Araújo; CAVALCANTE, Leilane Silva. O racismo como expressão da questão social: sob os olhares dos discentes da uiversidade estadual do Ceará– UECE. In. **IV Seminário CETROS**, Neodeaenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social. Fortaleza: CE – UECE – Itaperi. 29/31. mai, 2013.

Disponível em:

>http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-12729-08072013-173815.pdf< Acesso em: 18. set. 2016.

PAULA, Maria de Fátima Costa de, Norberto Fernandez Lamarra (org), **Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina**. Aparecida- São Paulo: Idéias e letras, 2011.

PINTO, Kathia Regina; Bomfim, Maria do Carmo Alves do. **A inserção do negro na sociedade brasileira: uma visão propedêutica**. UFPI, 2006. Disponível em:

<http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt6/GT6_2006_01.PDF> Acesso em: 22 mar. 2016

PRATES, Jane Cruz. **Possibilidade de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social**. Tese (Doutorado)-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

_____. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116-128, jan./jul. 2012.

_____. Editorial - Formar para além do mercado e para o uso substantivo do instrumental. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 01-06. 2013. Disponível em:
><http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/14451/9630>.<
Acesso em: 11 Abri. 2016.

RIBEIRO, Carlos. Antonio. Costa. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.49, n.4, p.833-873, 2006.

RODRIGUES, Auro.de.Jesus. **Metodologia Científica**: completo e essencial para a vida universitária. São Paulo: Avercamp, 2006.

SALLES, L. M. F. Jovens, escola e violência: alguns apontamentos sobre o processo de inclusão e exclusão simbólica. In L. M. F. Salles & J. M. A. de P. Silva (Orgs.). **Jovens, violência e escola: um desafio contemporâneo**. São Paulo: Unesp, Cultura Acadêmica. p. 45-70, 2010

SANTIN, Silvio. **Pelos caminhos do pensamento crítico**: universidade e sociedade. Santa Maria: UFSM. Centro de Ciências Sociais e Humanas, 1988.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos. **Representações sociais de estudantes negros**: Universidade e trabalho. São Carlos: UFSCar, 2011.

SANTOS, Hélio. Discriminação racial no Brasil. In: SABÓIA, Gilberto Vergne; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Orgs). Seminários Regionais Preparatórios Para A Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia E Intolerância Correlata. **Anais**. Brasília: Ministério da Justiça, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SEMOG, Éle. Coisas dessa gente que sou. In: **Tudo que está solto**, OLOKOFÁ, Nelson (Org), Rio de Janeiro: Letra Capital.

SILVA, Alberto da Costa. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional – 1889-1930. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil republicano. Tomo III**, São Paulo: DIFEL, v. 1, 1975.

_____. O Brasil no contexto do capitalismo internacional – 1889-1930. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil republicano. Tomo III**. São Paulo: DIFEL, 1975
CARDOSO, F. H. Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas. Florianópolis: Insular, 2000.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil Africano**. Ática: São Paulo: 2008.

THEODORO, Mário; JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael; SOARES, Sergei. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Org. Mário Theodoro. Brasília: Ipea, 2008.

TRAPP, Rafael Petry; SILVA, Mozart Linhares da. Movimento negro no Brasil contemporâneo: estratégias identitárias e ação política. **Revista Jovem Pesquisador**, Santa Cruz do Sul, v. 1, p. 89-98, 2010.

TEIXEIRA, Moema de Polli. **Negros na universidade: Identidades e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 2. ed. São Paulo: atlas, 2011.

VALESAN, Salete. in: WASELFISZ, Julio Jacobo (Orgs). **Mapa da violência 2015.** Mortes matadas por armas de fogo, Brasília, p.09-10, 2015. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>> Acesso em: 02 ago. 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016.** Homicídios por armas de fogo. Flacso Brasil. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf> Acesso em: 28 jun. 2016.

APÊNDICE A - Questionário

1. Idade?
2. Qual a sua naturalidade?
3. Qual a renda familiar?
 - () Menos que um salário mínimo
 - () Um salário mínimo
 - () Entre dois e três salários mínimos
 - () Mais que três salários mínimos
4. Mora com pai e mãe?
5. Estado civil dos pais
 - () união estável
 - () casados
 - () divorciados
6. Possui irmãos?
7. Quantos?
8. Quais as idades?
9. Escolaridade da mãe?
10. Escolaridade do pai?
11. Qual a profissão da mãe?
12. Qual a profissão do pai?
13. Estudou em escolas publicas no ensino fundamental?
14. Estudou em escolas publicas no ensino médio?
15. Estudou em cursinho pré-vestibular?
16. Entrou na universidade por ação afirmativa?
17. Possui bolsa permanência?
18. Participa de projeto ou bolsas de pesquisas?
19. Trabalhou antes de ingressar na universidade?
20. Concilia os estudos com trabalho?
21. Divide moradia em São Borja?
22. Possui quantos colegas de casa?
23. Participava de algum movimento social antes de ingressar na universidade?
24. Participa de mais algum movimento ou coletivo além do Niara?

APÊNDICE B - Roteiro Norteador Grupo Focal

1 - O ingresso na universidade proporcionou mudanças em seu contexto social?

Quais e Como?

2 - Considera que a universidade contribui para inserção social do negro? Em caso afirmativo de que forma?

3 - Quais as ações que a universidade deveria realizar para colaborar para a inserção social do negro?

APÊNDICE C – TCLE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Este termo refere-se ao estudo intitulado “A inserção social do negro na sociedade: limites e possibilidades por meio da universidade.” que tem como pesquisadoras responsáveis a professora doutora Elisângela Maia Pessoa e a discente Michelli Ferrioli Vidal, do curso de Serviço Social, da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja. A Instituição apoiadora para execução deste projeto é a Universidade Federal do Pampa, campus São Borja, localizada no endereço Rua Alberto Benevenuto, número 3200. Este estudo pretende analisar “como a universidade vem contribuindo no processo de inserção social dos jovens negros na sociedade”. A pesquisa justifica-se na elucidação da categoria inserção social dos jovens negros, também, o esclarecimento de como a universidade contribui para estes processos de inserção. A pesquisa irá realizar-se primeiramente por meio de entrevistas, que contêm um questionário como instrumento de coleta de dados. E posteriormente terá como técnica um grupo focal que terá como instrumento de coleta de dados um roteiro norteador. Com o consentimento dos sujeitos, os relatos das atividades do grupo focal poderá ser gravada em áudio, com o objetivo de auxiliar na transcrição das opiniões e respostas. Por meio deste documento e a qualquer tempo o Senhor/Senhora poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. Para entrar em contato com o pesquisadora responsável, poderá ligar no números (55) 9919-9713 inclusive a cobrar. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo. Está pesquisa não terá nenhum custo monetário para o Senhor/Senhora ou prejuízos. Contudo, o Senhor/Senhora poderá ter o risco de sentir-se desconfortável ou constrangido com alguns dos questionamentos, podendo desistir a qualquer momento da participação da pesquisa. Este estudo também não oferece nenhum benefício monetário para os entrevistados. Seus benefícios restringem-se a reflexão e esclarecimento sobre o tema pesquisado, tanto para a comunidade científica quanto para a sociedade. Seu nome e identidade serão mantidos em sigilo, e os dados da pesquisa serão armazenados pela pesquisadora responsável.

Os resultados serão divulgados através do trabalho de conclusão de curso, do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra será arquivada pela pesquisadora responsável.

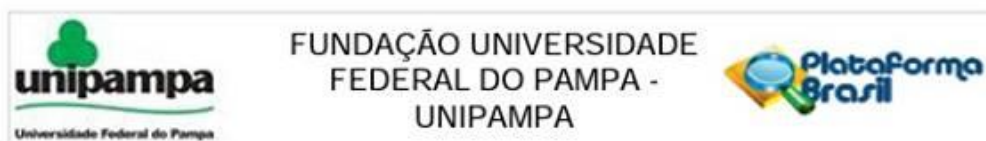
Nome do Participante da
Pesquisa: _____

Ass. do Participante da Pesquisa

Ass. da Pesquisadora Responsável

São Borja, ____ de _____ de 2016.

ANEXO A – Parecer CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A INSERÇÃO SOCIAL DO NEGRO NA SOCIEDADE: LIMITES E POSSIBILIDADES POR MEIO DA UNIVERSIDADE

Pesquisador: Elisângela Maia Pessoa

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 55884616.6.0000.5323

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA

Patrocinador Principal: Financiamento Proprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.685.722

Apresentação do Projeto:

De acordo com o proponente:

Este estudo trata-se de projeto de pesquisa a ser executado resultará em trabalho de conclusão de curso do Curso de Serviço Social. Objetiva

analisar como a universidade vem contribuindo no processo de inserção social do negro na sociedade. Busca-se desvendar se ocorreram mudanças

sociais na vida desses negros e identificar quais foram essas mudanças a partir do envolvimento com atividades na universidade. A proposta tornar-se

relevante para visibilidade do negro na sociedade ressaltando o papel da universidade para a inserção social do mesmo. O estudo será realizado

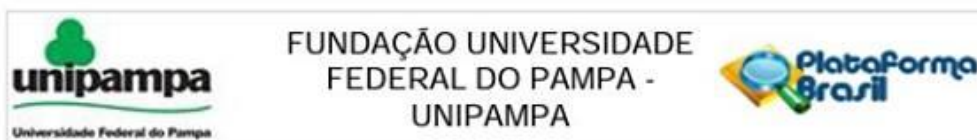
na Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja, sendo a abordagem realizada junto a alunos que compõem o grupo Niara, coletivo de

disseminação da cultura negra da universidade. Enquanto metodologia será utilizado o método dialético crítico, por meio de pesquisa de tipo

qualitativa com coleta de dados via entrevista com aplicação de questionário e grupo focal. Será realizada análise de conteúdo. Espera-se enquanto

resultado proporcionar discussão quanto ao tema inserção social do jovem negro – diante de um

Endereço: Campus Uruguaiana BR 472, Km 592
Bairro: Prédio Administrativo - Sala 23 - Caixa **CEP:** 97.500-970
UF: RS **Município:** URUGUAIANA
Telefone: (55)3911-0202 **E-mail:** cep@unipampa.edu.br



Continuação do Parecer: 1.685.722

histórico cultural brasileiro permeado por preconceito e escravidão – destacando o importante papel da universidade no fortalecimento de ações que motivem a busca pela minimização de qualquer forma de desigualdade social. O projeto de pesquisa foi cadastrado da plataforma SIPPE sob o número 0801516.

Objetivo da Pesquisa:

De acordo com o proponente:

Objetivo Primário:

Analisar como a universidade vem contribuindo no processo de inserção social do negro.

Objetivo Secundário:

- Conhecer o contexto social dos negros inseridos no coletivo NIARA que estudam na instituição de ensino superior Universidade Federal do Pampa campus São Borja.
- Problematicar as contribuições da universidade para inserção social dos negros na sociedade.
- Identificar as mudanças que ocorreram após a inserção social dos negros no ensino superior no seu processo de formação acadêmica e social.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com o proponente:

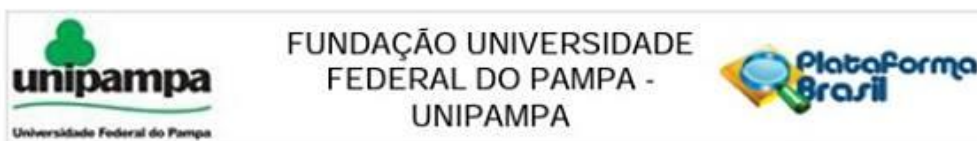
Riscos:

Algum sujeito poderá sentir desconforto em responder alguma questão nesse caso poderá desistir de participar do grupo ou não responder a questão em debate.

Benefícios:

Os participantes não receberam nenhuma remuneração sendo beneficiados com as discussões que possibilitaram aos sujeitos reconhecer a própria realidade, pois a pesquisa proporcionará reflexão e esclarecimento sobre a temática pesquisada, tanto para a comunidade como científica como para a sociedade. O retorno dos dados será realizado por meio de apresentação dos resultados em reunião do grupo NIARA.

Endereço: Campus Uruguaiana BR 472, Km 592
Bairro: Prédio Administrativo - Sala 23 - Caixa **CEP:** 97.500-970
UF: RS **Município:** URUGUAIANA
Telefone: (55)3911-0202 **E-mail:** cop@unipampa.edu.br



Continuação do Parecer: 1.685.722

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto: OK

Termo confidencialidade: OK

Autorização co participante: dispensado

TCLE: OK

Cronograma: OK

Carta Resposta: OK

Recomendações:

As recomendações indicadas no parecer: 1.612.513. de 28 de junho de 2016 foram atendidas

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências ou inadequações

Considerações Finais a critério do CEP:

A entrega de relatório parcial e ou final é de responsabilidade do pesquisador.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_690469.pdf	30/06/2016 17:52:46		Aceito
Outros	cartaresposta.pdf	30/06/2016 17:51:40	Elisângela Maia Pessoa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodetalhado.docx	30/06/2016 17:43:28	Elisângela Maia Pessoa	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	30/06/2016 17:42:42	Elisângela Maia Pessoa	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	09/06/2016 10:09:49	Elisângela Maia Pessoa	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termodeconfidencialidade.pdf	09/06/2016 10:09:36	Elisângela Maia Pessoa	Aceito
Outros	cartaresposta.doc	09/06/2016 09:56:57	Elisângela Maia Pessoa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	19/04/2016 16:39:25	Elisângela Maia Pessoa	Aceito

Endereço: Campus Uruguaiana BR 472, Km 592

Bairro: Prédio Administrativo - Sala 23 - Caixa

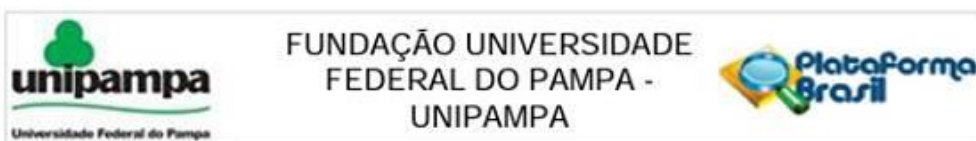
CEP: 97.500-970

UF: RS

Município: URUGUAIANA

Telefone: (55)3911-0202

E-mail: cep@unipampa.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PAMPA -
UNIPAMPA

Continuação do Parecer: 1.685.722

Outros	RoteiroGrupoFocal.pdf	15/04/2016 14:19:00	Elisângela Maia Pessoa	Aceito
Outros	questionario.pdf	15/04/2016 14:17:38	Elisângela Maia Pessoa	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

URUGUAIANA, 16 de Agosto de 2016

Assinado por:
JUSSARA MENDES LIPINSKI
(Coordenador)

Endereço: Campus Uruguaiana BR 472, Km 592
Bairro: Prédio Administrativo - Sala 23 - Caixa **CEP:** 97.500-970
UF: RS **Município:** URUGUAIANA
Telefone: (55)3911-0202 **E-mail:** ccp@unipampa.edu.br